

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

TAÍS COLLING

**A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DE TRABALHO: UM
OLHAR A PARTIR DA TEORIA INTERSECCIONAL**

**Porto Alegre
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

TAÍS COLLING

**A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DE TRABALHO: UM
OLHAR A PARTIR DA TEORIA INTERSECCIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Poletto Oltramari

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Colling, Taís
A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DE
TRABALHO: UM OLHAR A PARTIR DA TEORIA INTERSECCIONAL /
Taís Colling. -- 2019.
104 f.
Orientadora: Andrea Poletto Oltramari.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Relações de Trabalho. 2. Teoria Interseccional.
3. Mulheres negras. I. Oltramari, Andrea Poletto,
orient. II. Título.

TAÍS COLLING

**A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DE TRABALHO: UM
OLHAR A PARTIR DA TEORIA INTERSECCIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.

Porto Alegre, 30 de maio de 2019.

Conceito final:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Josiane Silva de Oliveira - NEIAB/UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Rodrigues – PPGA/UFRGS

Prof^o. Dr^o. Sidinei Rocha-de-Oliveira – PPGA/UFRGS

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea Poletto Oltramari – PPGA/UFRGS

Ao meu pai, Gilberto Colling.

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar meus agradecimentos, sem antes fazer um em especial para ti, Alessandro. Obrigada pelo amor puro, leve, companheiro e incentivador. Obrigada pelas oportunidades proporcionadas nessa trajetória e pelo teu esforço sem medida na construção da nossa parceria de vida. Obrigada por ser tão presente e tão cuidadoso.

Obrigada, mãe e mana! O amor mais puro que já vi! Obrigada por toda preocupação e cuidado nesses mais de 25 mil km rodados entre Carazinho e Porto Alegre. Obrigada pelo apoio nas horas mais difíceis, obrigada por serem tão presentes.

Obrigada, Nando! O verdadeiro cunhado: aquele que manda foto do churrasco para eu ficar com vontade quando das minhas estadas em Porto Alegre. Obrigada por sempre estar perto para estender a mão.

Obrigada, Andrea! Professora, pesquisadora e orientadora incrível. Obrigada por nossas tantas conversas que, por vezes, transcendiam o ser aluna e orientadora, virando confidências cheias de afeto. Obrigada por fazer parte da minha trajetória: tão importante quanto saber, é reconhecer quem esteve sempre presente. Obrigada, Ori!

Obrigada às Tricoteiras Jeni e Márcia! Sou grata pela parceria tão incrível que tornaram os meus dias em Porto Alegre mais felizes.

Obrigada Gean, Aline e Jhony pela acolhida e amizade sempre presente.

Obrigada Karen, Ceci, Jessy, Jú e Cati pelas nossas reuniões que ajudaram essa jornada a se tornar mais leve. De sempre para sempre!

Obrigada aos professores da banca, Josi, Bia e Sidi. Grata pelas contribuições e por compartilharem tanto.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente às mulheres entrevistadas e, em especial, a Baartman. Hoje, ela nos olha de um outro lugar, de um lugar tão especial quanto ela. Para elas, fica a gratidão por terem cruzado na minha vida de forma tão especial. Obrigada por representarem tanto!

*“O tempo não para!
Só a saudade é que faz
as coisas pararem no tempo”.*

(Mário Quintana)

RESUMO

Este estudo teve como propósito explorar as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras no contexto de trabalho em uma localidade da região sul do Brasil, que possui uma população majoritariamente branca, inserindo uma visão interseccional nos diálogos sobre gênero, raça, classe e trabalho. A base teórica foi alicerçada na Teoria Interseccional (CRENSHAW, 1989), e em intelectuais negras, em especial. A pesquisa caracterizou-se como exploratória qualitativa e contou com a participação de três mulheres negras. As entrevistas semi-estruturadas foram embasadas pelo método História de Vida, onde o material produzido foi transcrito de modo a produzir uma análise temática e estrutural (RIESSMAN, 2000), resultando em três categorias de análise: (i) trajetória de vida e trabalho de três mulheres negras: corpo, lutas e resistência; (ii) relações familiares, interseccionalidades e o reflexo no trabalho; (iii) atravessamentos interseccionais e a emancipação pelo trabalho. Os resultados indicaram uma relação direta com o percurso emancipatório das entrevistadas e atravessamentos interseccionais, os quais restringiram suas ascensões. Da tensão existente da intersecção de distintos eixos opressivos, resultou em trajetórias de vida e trabalho demarcadas por lutas e resistência, uma vez que o contexto de trabalho se apresentou sub-representado de mulheres negras, há um esforço constante para manutenção dos privilégios de grupos dominantes, mulheres negras condicionadas a ocuparem trabalhos subalternos, descaso por suas qualificações e um racismo estético constante. Por fim, trouxe à tona a realidade comumente enfrentada por mulheres negras a partir de suas próprias percepções e subjetividades.

Palavras-chave: Teoria Interseccional. Mulheres negras. Interseccionalidade. Mulheres negras.

ABSTRACT

The purpose of this study was to explore the structural barriers faced by black women in the context of working in a locality in the southern region of Brazil, which has a mostly white population, inserting an intersectional vision in the dialogues on gender, race, class and work. The theoretical basis was based on Intersectional Theory (CRENSHAW, 1989), and on black intellectuals in particular. The research was characterized as qualitative exploratory and counted with the participation of three black women. The semi-structured interviews were based on the Life history method, where the material produced was transcribed in order to produce a thematic and structural analysis (RIESSMAN, 2000), resulting in three categories of analysis: (i) life and work trajectory of three intersectional women: body, struggles and resistance; (ii) family relationships, intersectionalities and reflection at work; (iii) intersectional crossings and emancipation through work. The results indicated a direct relationship with the emancipatory path of the interviewees and intersectional crossings, which restricted their ascensions. From the existing tension of the intersection of different oppressive axes, resulted in life and work trajectories marked by struggles and resistance, once the work context was under-represented by black women, there is a constant effort to maintain the privileges of dominant groups, intersectional women conditioned to occupy subordinate jobs, disregard for their qualifications and constant aesthetic racism. Finally, it brought to light the reality commonly faced by black women from their own perceptions and subjectivities.

Keywords: Intersectional Theory. Black women. Intersectionality. Intersectional Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interseção de Crenshaw.....	28
Figura 2 - Estrutura Norteadora da Dissertação.....	48
Figura 3 - Interseção de Crenshaw e o Método História de Vida.....	53
Figura 4 - Arquitetura da cidade de Não-Me-Toque.....	56
Figura 5 - Localização da cidade de Não-Me-Toque no mapa do Rio Grande do Sul.....	57
Figura 6 - Síntese de Mulheres Negras Entrevistadas.....	59
Figura 7 - Momentos das entrevistas.....	62
Figura 8 - Mulher negra com o filho.....	66
Figura 9 - Tela três mulheres negras.....	77
Figura 10 - Atravessamento Temporal das Gerações.....	79
Figura 11 – Síntese dos atravessamentos interseccionais.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados IPEA e IBGE sobre Gênero e Raça.....	19
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População ocupada por trabalho formal.....	43
Tabela 2 - Jovens de 16 a 29 anos por idade, cor e tipo de atividade.....	45
Tabela 3 - População residente em Não-Me-Toque segundo sexo ou raça.....	58

LISTA DE SIGLAS

BR – Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

NMT – Não-Me-Toque.

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 Feminismo Negro: e eu não sou uma mulher?.....	21
2.2 TEORIA INTERSECCIONAL COMO BASE DE COMPREENSÃO DE OPRESSÕES SOCIAIS	27
2.2.1 Classe: uma análise para além de uma redução economicista.....	31
2.2.2 Raça: uma categoria social de dominação e de exclusão.....	36
2.2.3 Gênero: um conceito à luz dos estudos raciais	40
2.3 O CONTEXTO DE TRABALHO SOB A ÓTICA DA TEORIA INTERSECCIONAL	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 Da Estrutura Norteadora da Dissertação.....	47
3.2 Abordagem, Método e Paradigmas.....	49
3.3 Do Diálogo entre Método e Teoria	51
3.4 Do Campo: Breve Apresentação Contextual.....	55
3.5 Dos Procedimentos no recolhimento das Histórias de Vidas e das Análises das Narrativas	59
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	62
4.1 AS HISTÓRIAS DE VIDA	62
4.2 Trajetória de vida e trabalho de três mulheres negras: corpo, lutas e resistência	63
4.2.1 Saartjie Baartman.....	63
4.2.2 Dandara.....	68
4.2.3 Luisa Mahin	72
4.3 Relações Familiares, Interseccionalidades e os reflexos no trabalho	77
4.4 Atravessamentos interseccionais e a emancipação pelo trabalho	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA PRIMEIRA ENTREVISTA.....	103
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA SEGUNDA ENTREVISTA	104

A partir de onde falo?

Antes de introduzir esta dissertação de mestrado, considero importante compartilhar os caminhos que percorri para chegar até aqui. Engana-se quem pensa que sou merecedora de todos os frutos colhidos em minha vida, ou que estar aqui, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é resultado somente de meu esforço e dedicação. Trata-se de algo muito maior, estruturado e enraizado.

Me chamo Taís Colling, tenho 29 anos, sou mulher, branca, de classe média e casada. Fiz meu ensino fundamental e médio no ensino privado, da mesma forma minha graduação. Logo no início da faculdade de Administração pela Universidade de Passo Fundo, minha família e eu passamos por alguns momentos difíceis, os quais fizeram com que eu arcasse com meus estudos, trabalhando durante o dia e estudando à noite. Sobre esse último nada de extraordinário, já que é um fato encarado por milhares de brasileiros – os que conseguem chegar até uma universidade –, mas que me enche de orgulho.

Chegando à UFRGS me deparo com um mundo novo. Professores e colegas reflexivos e críticos, me fazendo refletir para além do meu tempo e espaço. Nesse momento, teorias e autores tomaram forma e o que não passavam de meras observações, hoje galgam novos sentidos e dimensões. Minha inquietação ao pensar no feminismo surgiu através de conversas informais, refletindo que se para mulheres brancas, assim como eu, se colocarem no meio social com uma hierarquia de gênero previamente estabelecida é um caminho árduo a se trilhar, imagine para mulheres negras que possuem sobrepostas formas de opressões.

E por que eu, uma mulher branca a tratar desse assunto? Eu que nunca morei em periferia, nunca fui vítima de racismo, eu que tive uma educação digna, casa com saneamento básico adequado, eu que não sofri ou sofro violência em função da minha cor, eu que nunca passei fome, eu que nunca vi minha família ou amigos serem vítimas da opressão social ou policial, eu que nunca precisei de cotas para ter acesso a uma educação de qualidade, logo eu, que meu ponto de partida se difere de tantos outros.

Assistindo a inúmeras entrevistas e palestras de Djamila Ribeiro, a filósofa fala que não precisa ser gordo para se falar em gordofobia, não precisa ser mulher para

se discutir gênero, não precisa ser negro para se falar em raça. Para ela, o ponto necessário são os reconhecimentos dos privilégios tidos ao longo de sua trajetória, que fazem com que você ocupe patamares mais vantajosos do que os demais. O que comumente temos nos confundido, é a noção entre representatividade e lugar de fala. Tomei como fonte norteadora o livro de Djamila “*O que é lugar de fala*”, onde ela disserta que uma travesti negra não irá se sentir representada por um homem branco cis, porém, esse homem branco cis poderá teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Assim, me preocupo em pensar o feminismo negro a partir de minha localização social, a partir dos meus espaços de privilégios.

Com isso em mente, minha ida a campo se tornou uma tarefa especial. As conversas com as mulheres negras e suas famílias, o café quente no aguardo das entrevistas, e o sorriso ansioso pelas perguntas me desconcertaram inúmeras vezes. A espera cuidadosa e a expressão “chegou a pesquisadora!” trouxe certa leveza para os relatos de uma dura realidade. Hoje, quando vejo índices de violência e descaso com mulheres negras, são as minhas entrevistadas que me vem à mente. Quando vejo o quão sou privilegiada por minha condição social, por meus estudos, oportunidades de hoje e as que ainda estão por vir, são nelas que penso. Quando imagino um futuro brilhante para meus filhos, longe da opressão social e policial, são nos filhos delas que penso. Pensar nas entrevistadas e em suas famílias não significa um pensamento estreito, longe de outras realidades, mas constitui o que elas representam.

Por fim, agradecer é pouco. Talvez a gratidão que sinto hoje não expresse todo meu aprendizado, toda reflexão, toda escuta. Esta pesquisa e toda trajetória até ela empreendida, significou para além dos bancos acadêmicos, faz parte da mulher que me tornei. O retorno à essas mulheres que me trouxeram experiências tão evolutivas, que abriram a porta de suas casas e de suas memórias, é seguir na luta junto delas!

Boa Leitura!

1 INTRODUÇÃO

No período colonial (1500-1815), os negros eram a força de trabalho como propriedade de famílias abastadas e nobres por longos anos (MOURA, 1988), sendo os homens responsáveis pela colheita, transporte de mercadorias e pessoas; as mulheres por tarefas domésticas e, por vezes, prestações sexuais aos seus proprietários (FERNANDES, 2016). Tal estratificação social, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil (1888), manteve a hierarquização de gênero, raça e classe, marcando o contexto histórico social brasileiro.

A articulação complexa de sistemas opressivos na conjuntura social, marcada pela hierarquização de gênero, raça e classe, direciona historicamente determinados segmentos populacionais a um local de difícil transcendência. Cabe adiantar que sobreposição de categorias opressivas, como prevê o conceito de Teoria Interseccional (CRENSHAW, 1989), considera que as discriminações sobrepostas passam a constituir elementos hierárquicos, resultando em segmentos sociais explorados e discriminados nas relações econômicas e sociais. No mundo do trabalho, o elevado número de trabalhadores negros – mulheres negras em especial – em condições ocupacionais precárias, indica a existência de segregação social refletindo em sua entrada no mercado de trabalho, uma vez que o acesso à escola e formação educacional – tão precários para este segmento populacional – são condições necessárias para evitar a segregação, mas não suficientes para superar o retrato crônico de disparidades (PRONI; GOMES, 2015).

No Brasil, a desigualdade social a partir de um recorte interseccional é comumente evidenciada por institutos brasileiros de pesquisas, que comprovam que há disparidade no acesso às políticas públicas e mercado de trabalho. Os dados divulgados pelo IBGE (2014) mostram participação superior no quadro de mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%), quando comparadas com mulheres brancas (28,2%). Em caso de nível superior, os dados se mostram mais favoráveis às mulheres brancas (26,0%) em relação às mulheres pretas ou pardas (11,2%). Em conformidade a estes índices, o IPEA (2013) aponta que as mulheres negras estão inseridas em trabalhos de baixa qualificação formal, tendencialmente precários e, ainda, de pouco prestígio, revelando que 57,6% das empregadas domésticas no país são negras. No que se refere a rendimentos, os

ganhos de mulheres pretas ou pardas é equivalente a 52% do rendimento médio das mulheres brancas (IBGE, 2014). Ainda, para além do contexto de trabalho, nas relações sociais, as categorias de gênero e raça são essenciais para compreender a violência letal contra a mulher no Brasil. Considerando a população feminina por raça/cor, os dados de 2016 demonstram que as taxas de homicídios é 71% maior entre as mulheres negras do que entre as não negras (IPEA, 2018).

Partindo de um retrato econômico-social de disparidades, para este estudo, empreendeu-se em compreender a trajetória de três mulheres negras no contexto de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional em uma localidade da região sul do Brasil, que possui 84,78% de sua população branca (IBGE, 2010), formada, basicamente, por imigrantes alemães, holandeses e italianos. A presente pesquisa retrata a história de vida de três mulheres negras que, com suas trajetórias, contam sobre as mudanças e permanências das condições de vida e trabalho de famílias negras no Brasil. Adianta-se que as reflexões aqui empreendidas consideraram gênero à luz dos estudos raciais, onde com tal recorte busca-se compreender a dupla alteridade da mulher negra nas relações sociais (KILOMBA, 2010; FERNANDES, 2016). A perspectiva de gênero é aqui considerada uma categoria teórica que não pode ser desatrelada de distintos eixos opressivos, uma vez que em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas - como o Brasil - o racismo determina a própria hierarquia de gênero (DAVIS, 1982; CARNEIRO, 1995; FERNANDES, 2016).

Assim, seguindo um cenário constante de desigualdade, sendo esse a característica base do sistema capitalista, é assegurado ao indivíduo de segunda classe sua exploração. Desse modo, negras e negros – assim como mulheres de todas as cores e demais grupos minoritários –, são destinados às colocações mais precárias das relações laborais das sociedades (FERNANDES, 2016). O capitalismo, embasado pelo trabalho assalariado e acumulação de capital, corrobora as supostas relações de poder, inferiorizando gênero, raça e classe em busca de uma exploração permanente que sustente os sistemas produtivos.

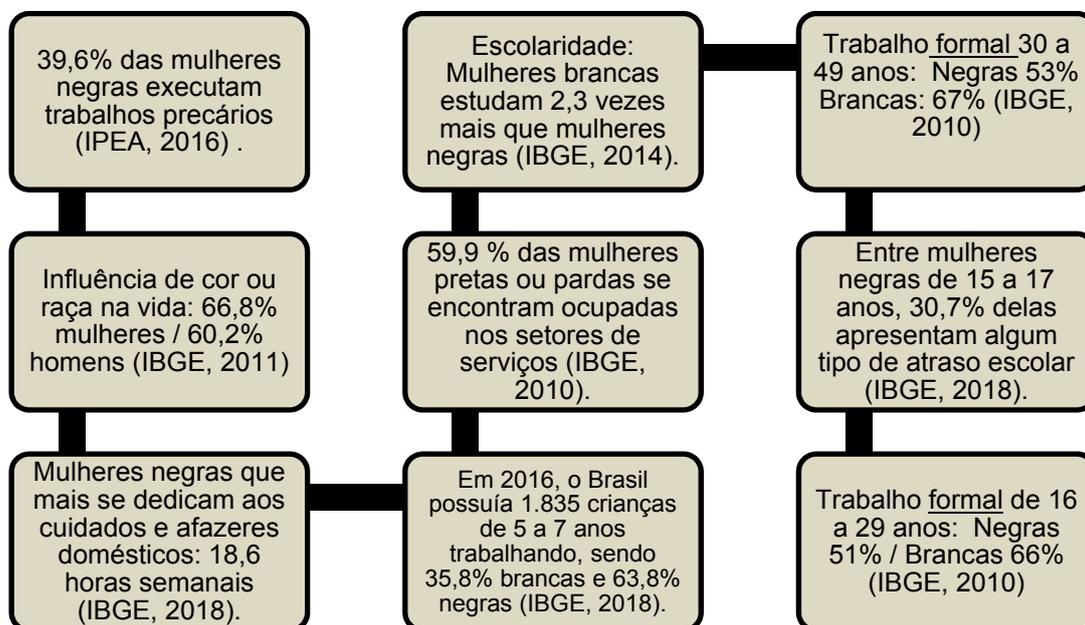
Visando romper com a segmentação racial e de gênero que compõem a estrutura social que, por vezes, desconsidera anseios e necessidades para além dos imperativos dominantes, Crenshaw (1989) cunhou a palavra “interseccionalidade” para determinar a interdependência das relações de poder entre gênero, raça e classe. Segundo a autora, era de suma importância o conhecimento de que as

mulheres negras não poderiam ser percebidas por um viés singular que as colocavam no mesmo nível das mulheres brancas, necessitando ter um olhar que abarque as opressões que, além de ser mulher, se é negra. Contudo, Crenshaw (2004) emprega a interseccionalidade como conceituação do problema que visa capturar as implicações oriundas de categorias subordinativas, tratando a maneira pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes.

O mercado de trabalho brasileiro tem sido marcado por informalidade, precariedade, baixos salários, desigualdades e dificuldades de transcendência. Como destaque, Martins e Rocha-de-Oliveira (2017) dissertam que as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas têm acarretado na flexibilização das relações e a uma não homogeneidade no mercado de trabalho, afetando grupos mais vulneráveis, como os jovens. Assim, determinados segmentos da população têm sua inserção mais precarizada que outros, tornando-se mais vulneráveis aos ciclos econômicos e suas crises. Como resultado, enfrentam perdas relativas em suas condições de vida (IPEA, 2018), principalmente os grupos sujeitos às vivências interseccionais. Neste sentido, mulheres negras ocupam a base da hierarquia, ficando elas, em grande parte, com os trabalhos e condições de vida mais precárias e subalternizadas do meio social.

Segundo dados divulgados pelo IPEA e IBGE, mulheres negras acabam absorvendo de forma mais direta as relações de poder que envolvem a estrutura social. Os índices alarmantes no que se refere a trabalho, moradia, escolaridade e seguridade social, condicionam este segmento populacional a um difícil lugar de transcendência.

Quadro 1 – Dados IPEA e IBGE sobre Gênero e Raça:



Fonte: IBGE (2010, 2011, 2014, 2016, 2018) e IPEA (2016).

A síntese de dados no quadro apresentada demonstra a realidade brasileira para mulheres negras. O trabalho precoce e precarizado, a dificuldade no acesso ou permanência no processo educacional, as violências físicas e simbólicas, a informalidade e, ainda, as influências interseccionais, condicionam mulheres negras a ocuparem a base da pirâmide social. Como consequências, a trajetória de vida e trabalho de mulheres negras se apresentam de formas distintas dos demais grupos, uma vez que existem potencialmente categorias opressivas incidindo sobre seus corpos. O sentido interseccional vai além da simples constatação da variedade dos sistemas de opressão que agem a partir de categorias opressivas e postula sua interação na produção e na reprodução das distinções sociais. Busca, também, compreender de que forma a carga subordinativa incide e quais as consequências no processo emancipatório. Por esse motivo, a diversidade de agentes sociais em torno de diferentes gêneros, etnias e orientações sexuais passam a abranger a interseccionalidade de modo a envolver uma gama cada vez maior de experiências e estruturas de poder (CARBADO et al., 2013).

Nesse sentido, a presente dissertação teve como propósito explorar as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras no contexto de trabalho em uma localidade da região sul do Brasil, que possui uma população majoritariamente branca, inserindo uma visão interseccional nos diálogos sobre gênero, raça, classe e trabalho. Pensar em mulheres negras no contexto de trabalho dissociadas de interseções determinantes, é desconsiderar fatores essenciais da emancipação social de determinado segmento populacional. Dessa forma, considerando o contexto apresentado e tendo como premissa que este tema diz respeito às Relações de Trabalho, uma vez que empreendeu-se em estudar as estruturas estabelecidas pela conjuntura social e os reflexos destas nos contextos de trabalho das entrevistadas, as inquietações que decorreram do cenário apresentado oportunizam a seguinte questão de pesquisa: **como se configura o processo interseccional da trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho?**

Assim, o objetivo geral da pesquisa se enquadra em compreender a trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional.

Pretende-se atingir tal objetivo através dos seguintes objetivos específicos:

- Investigar a trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho;
- Investigar como classe, gênero e raça se imbricam na trajetória profissional.

A problemática proposta para este estudo justifica-se pela necessidade latente de se considerar as diferentes expressões do ser mulher no campo teórico, nas práticas políticas nas relações de trabalho e em suas análises. Tem como propósito colocar em pauta a realidade da mulher negra, colocando em discussão os meios de construção e manutenção de suas relações laborais, procurando ressaltar a influência que a questão interseccional possui nas relações de trabalho.

Por fim, esta dissertação apresenta, além deste capítulo introdutório, capítulos teóricos que dissertam sobre os seguintes aspectos: Feminismo Negro; Teoria Interseccional e as categorias: gênero, raça e classe, seguidos da seção que trata do contexto de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional. Na sequência, será tratado dos aspectos metodológicos que possibilitaram responder à questão de pesquisa e seus objetivos, bem como a análise de dados. Por último, apresentam-se as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O conceito da Teoria Interseccional revelou-se um importante instrumento de trabalho para pesquisadoras, ativistas e militantes. Apesar de sucessivas discussões sobre sua conceituação específica, desde que cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, tem servido de base para novos estudos no que tange a temática gênero, raça e classe e demais intersecções determinantes. Os estudos, aqui empreendidos, resultaram na experiência de compreender como categorias opressivas direcionam, por vezes, certos segmentos da população para situações precárias de sobrevivência. É a este respeito que a revisão da literatura da presente dissertação tratará nos itens a seguir.

2.1 Feminismo Negro: e eu não sou uma mulher?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei e plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?

Sojourner Truth

O trecho acima foi retirado de um discurso proferido por Sojourner Truth na “*Women’s Rights Convention*” em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wageningen, o qual alterou em 1843. Seu discurso aconteceu como resposta a cultura estadunidense de exaltação de mulheres brancas, que para as quais eram concedidos privilégios e regalias, não sendo esses estendidos às mulheres negras (HOOKS, 1982).

A fala de Truth ainda no século XIX já indicava um dilema estrutural que o feminismo hegemônico ainda estava por enfrentar: a universalização da categoria da

mulher (RIBEIRO, 2017). Para hooks¹ (2015), nos Estados Unidos, o feminismo não nasceu das mulheres mais vitimadas socialmente pela opressão machista, agressão física, mental e espiritual, condições essas capazes de transformar a condição de vida das mulheres. De acordo com a autora, os primeiros movimentos surgiram por intermédio das mulheres brancas que dominavam a fala feminista. Foram as mulheres brancas as pioneiras a reivindicar direitos e lugares sociais a ocupar a partir de suas experiências, não considerando, então, necessidades para além dos imperativos dominantes.

Assim sendo, faz-se necessária a compreensão teórica do termo feminismo. De maneira geral, o propósito do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero: o gênero não sendo empregado para conferir privilégios ou legitimar opressões (RIBEIRO, 2015). Indica uma ampliação de direitos, sendo esses reivindicados por movimentos políticos, sociais, ideologias e filosofias. Dessa forma, o termo teórico “onda feminista” para muitos autores se direciona a um projeto ainda em construção, apresentando dois sentidos: o primeiro se refere a um parâmetro cronológico de gerações, enquanto o segundo diz respeito às consecutivas e contrapostas construções teóricas e práticas sobre o tema (CONSOLIM, 2017), podendo ser, também, compreendido pelas diferentes gerações de projetos feministas, trazendo consigo novas prioridades, novos meios e novas protagonistas.

Na transição do século XIX para o século XX, as sociedades ocidentais eram influenciadas por correntes liberais, reguladas em ideais de liberdade individual e igualitarismo, sendo o liberalismo notadamente demarcado pelo patriarcalismo. Nesse momento, nasce a denominada primeira onda do feminismo, organizada por mulheres dos EUA e do Reino Unido, brancas, de classe média e descontentes com o seu estado de submissão e opressão (CONSOLIM, 2017). Davis (1982) explica que com o início desse fenômeno, mais precisamente em 1833, muitas dessas mulheres de classe média passaram a tomar consciência de que algo fazia terrivelmente falta nas suas vidas. Como mulheres que tinham como responsabilidade atividades domésticas na nova era do capitalismo industrial, elas perdiam importância econômica em casa e o seu status social como mulheres se arruinava. No entanto, durante esse processo,

¹ O nome "bell hooks" é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, usado como homenagem à sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A letra minúscula objetiva focar no conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa.

elas tinham tempo para a leitura, que as possibilitaram a serem reformistas sociais. Suas lutas se referiam a igualdade de direito entre homens e mulheres, tendo como reivindicações, por exemplo, disparidades contratuais, diferença na conquista de propriedades e contra os casamentos selados por interesses que não os seus. Teve como um dos seus eixos principais assuntos jurídicos, no que diz respeito, principalmente, ao direito ao voto. Essa última foi uma luta específica, onde se concentraram milhares de mulheres de todas as classes, demandando uma enorme organização (ALVES; PITANGUY, 1991). Tal período de onda feminista é caracterizado pela sua longitude, já que dizia respeito a rompimento de padrões históricos sociais duramente estabelecidos.

A Segunda Onda Feminista é reconhecida pelo período que se estende da década de 1960 até a década de 1980. É caracterizada por ser uma continuação do primeiro movimento feminista, com grupos militantes de mulheres se organizando e reivindicando direitos. Caracterizou-se pela reivindicação do trabalho da mulher, direito ao prazer, e contrário a violência sexual (RIBEIRO, 2015). As mulheres nesse momento passam a ter de maneira tímida um avanço na esfera do trabalho, chamando atenção, também, para a violência doméstica.

Já a Terceira Onda tem seu início na década de 90, onde iniciaram as discussões de paradigmas já previamente estabelecidos nas demais ondas. Os debates sobre as várias formas de ser mulher, deixando de pensar o feminismo como uma categoria universal, passa nesse período a considerar intersecções como raça, orientação sexual e identidade de gênero (RIBEIRO, 2017). Foi nesse momento que mulheres negras começaram a apontar de forma mais incisiva a sua invisibilidade dentro dos grupos feministas, uma vez que suas necessidades e enfrentamento são historicamente distintos. Tal invisibilidade já havia sido registrada por bell hooks na década de 70, onde a autora criticou que os movimentos feministas não consideravam os imperativos provenientes de mulheres negras (RIBEIRO, 2015). Esse momento procurou evidenciar que as lutas e reivindicações eram baseadas em experiências das mulheres brancas de classe média-alta, onde excluía a fala de mulheres com outras etnias, nacionalidades, religião e cor.

Análises de feministas da terceira onda apontam que o discurso universal é excludente. Excludente porque opressões incidem sobre as mulheres de forma diferenciada, sendo necessária a discussão de gênero associada à raça e classe,

considerando as especificidades das mulheres (RIBEIRO, 2015). Para além disso, Oliveira (2017) disserta sobre a intersecção entre homofobia e racismo no Brasil ainda ser pouco discutida, pois os estudos sobre relações raciais têm negligenciado a respeito da situação dos homens homossexuais, dos gays afeminados, dos viados e das bichas, da mesma forma que os estudos de gênero têm dado precária atenção às questões de raça. Dessa forma, o presente estudo parte de um conceito de mulher mais amplo, considerando não apenas as mulheres que nasceram biologicamente com útero, mas, também, as transexuais (OLIVEIRA, 2017).

Ainda tratando da carga semântica inserida no termo feminismo, Smith (2008) defende que esse conceito assinala teorias e práticas políticas destinadas a libertação de todas as mulheres, independentemente de questões raciais, origem étnica e orientação sexual. Por esse motivo, segundo Smith (2008), a luta não deve estar somente atrelada ao machismo e, sim, estendida ao racismo.

Segundo Ribeiro (2015), foram as feministas norte-americanas as pioneiras na incorporação do tema das diferenças em suas pautas, ocupando-se em discutir a presença do racismo, bem como o entrecruzamento entre gênero, raça e classe como elemento representativo das diferenças nas experiências das mulheres. Por consequência, um movimento protagonizado por mulheres negras passa a se organizar, objetivando trazer visibilidade às suas lutas e necessidades. A mulher negra não se descobria na fala e representação dos movimentos sociais hegemônicos, fazendo necessário um novo movimento, o feminismo negro.

O conceito de feminismo negro é trazido por Sueli Carneiro (2011), um dos principais nomes do movimento negro no Brasil, como uma luta antirracista, trazendo à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma condição mísera e desumana de exclusão e marginalização social, que as colocam em uma posição diferenciada frente às mulheres brancas. Para Collins (2016), o pensamento feminista negro se refere em ideias trabalhadas por mulheres negras que esclarecem um ponto de vista de e para mulheres negras.

No Brasil, o feminismo negro passa a galgar força no começo da década de 1980 através dos legados de lutas americanas e europeias, onde a partir de processos políticos foi consentida a reorganização de movimentos sociais como, por exemplo, o sindicalista, o estudantil e o movimento negro. No Brasil, tem-se como destaque as

intelectuais e ativistas: Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Luiza Bairros e Djamila Ribeiro. Carneiro (2003) enfatiza que um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato que, desde o seu princípio, ele está identificado com as lutas populares e pela democratização do país.

Por esse motivo, Carneiro (1993, 2011) propõe “enegrecer o feminismo”. A autora evidencia que os principais eixos das reivindicações femininas não se relacionam às experiências das mulheres negras, mais precisamente das negras brasileiras: no que diz respeito ao mito da fragilidade feminina, por exemplo, as mulheres negras nunca foram consideradas frágeis, ao contrário, trabalharam duro junto de seus homens durante a escravidão. Quando grupos feministas diziam que as mulheres deveriam se lançar no mercado de trabalho, soou estranho para aquelas que já trabalhavam há séculos, como escravas, empregadas domésticas, vendedoras ou prostitutas. Enquanto as mulheres brancas procuravam romper as barreiras do espaço privado para participar do espaço público por meio do trabalho, as mulheres negras já estavam em atividade profissional (formal ou informal) há muito tempo (FERNANDES, 2016).

hooks (2000) e Fernandes (2016) também explicam que enquanto as militantes brancas reclamavam a posse de seu corpo, a independência financeira, e assuntos associados à gravidez, ao aborto e, até mesmo, mais atualmente, ao amor lésbico, as negras estavam aflitas com o sustento de suas famílias, direito reprodutivo, mortalidade infantil, violência e com a pobreza. Gonzales (1984) aponta uma diferenciação entre as prioridades de mulheres negras e brancas. As discussões a respeito do corpo feminino, sobre maternidade ou libertação sexual, eram indiferentes para mulheres negras que tinham que lidar com outros imperativos do corpo, como, por exemplo, comer, agasalhar-se e comprar remédio. Enquanto as brancas tratavam da sexualidade, as negras queriam tirar de si o peso de séculos de sexualização.

Para Carneiro (2011), enegrecer o movimento feminista tem significado de definir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na construção das políticas demográficas, na caracterização da violência contra a mulher pela associação ao conceito de violência racial; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra; instituir a crítica às formas de recrutamento e seleção no mercado de trabalho como

a “boa aparência”, que reproduz as disparidades e privilégios entre as mulheres brancas e negras.

A solidariedade entre as mulheres agiria de forma potente contra o sexismo perpetuado nas relações de poder. A união não abrandaria as disparidades existentes entre as mulheres, já que não se trata de ceder a individualidade ou se anular como mulher (FERNANDES, 2016). Para tanto, hooks (2008) sugere o uso do termo: “*sorority*” ou “*sisterhood*”, defendendo a irmandade como conceito do movimento revolucionário feminino, uma vez que todas as mulheres vivem sob a opressão masculina.

O feminismo ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero reafirma o mito da democracia racial, no momento em que equipara as vivências opressivas de mulheres brancas e negras, desconhecendo o quanto a negritude potencializa a exclusão e o sofrimento. Por este motivo, no feminismo negro, o viés de gênero é uma categoria teórica que não pode ser desconectada de outros eixos de opressão, uma vez que em sociedades multirraciais, como o Brasil, o racismo causa a própria hierarquia de gênero (CARNEIRO, 2011; FERNANDES, 2016).

O objetivo relacionado à interligação entre raça, gênero e opressão de classe é um tema recorrente nos trabalhos de feministas negras como Davis (1982), hooks (1982), Collins (2000), Smith (2008), Carneiro (2011) e Ribeiro (2015). Para compreensão do fenômeno interseccional, é importante demonstrar a importância desse conceito que ainda é pouco disseminado em muitos países. A interseccionalidade vem sendo utilizada por mulheres negras, ativistas e militantes há mais de um século, porém somente tomou notoriedade quando em 1989 Kimberlé Crenshaw utilizou como centro de sua tese, procurando analisar como raça, gênero e classe se interseccionam, culminando em sobrepostas formas de opressão.

Por fim, pesquisadoras feministas negras dificilmente descrevem e analisam o comportamento das mulheres negras sem atentar às estruturas de oportunidades que moldam suas vidas (COLLINS, 2016). Para tanto, visando encontrar o raciocínio empregado por Crenshaw (1989) e Collins (2016), no tópico que segue será abordado o conceito de interseccionalidade como meio de análise e compreensão de opressões sociais.

2.2 TEORIA INTERSECCIONAL COMO BASE DE COMPREENSÃO DE OPRESSÕES SOCIAIS

O conceito de interseccionalidade vem sendo trabalhado por mulheres negras há mais de um século, e ganhou maior atenção quando a crítica e teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw o utilizou como marco teórico em seu ensaio. O termo interseccionalidade foi por ela empregado para determinar a interdependência das relações de poder de raça, gênero e classe. Crenshaw teve como intuito corroborar uma problemática tendenciosa de abordar raça e gênero como categorias reciprocamente exclusivas de experiência e análise (CRENSHAW, 1989). Atualmente, o termo interseccionalidade vem sofrendo contribuições em consequência de aprofundamentos teóricos de pesquisadoras e ativistas, em função de novas articulações e movimentos.

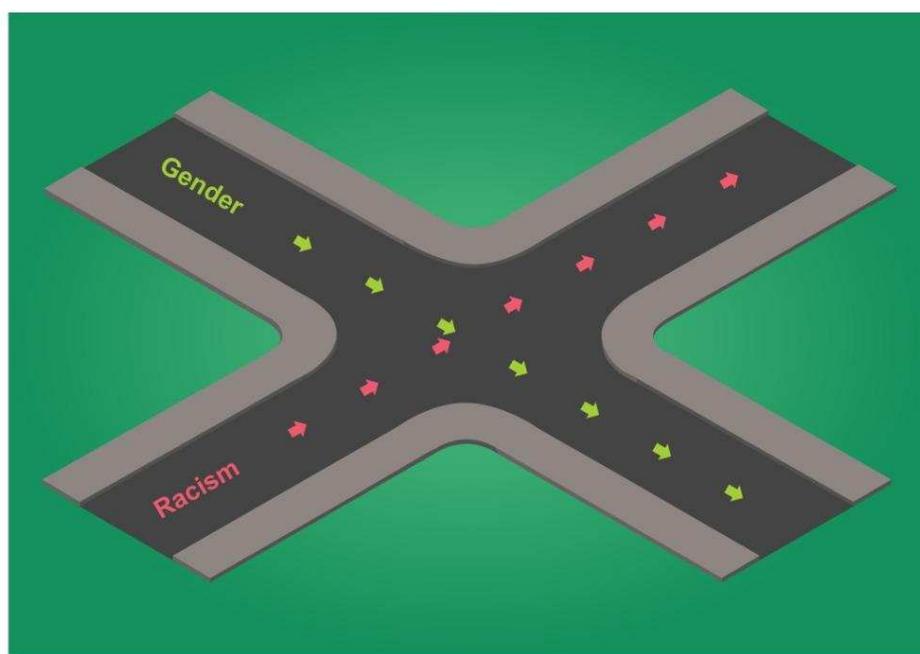
A problemática da interseccionalidade foi vigorada em países anglo-saxônicos tendo como ponto inicial a herança do *Black Feminism* desde a década de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar por Kimberlé Crenshaw e demais pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs. A crítica se voltou de forma severa e de maneira contrária ao feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014), onde as pesquisadoras dissertavam que experiências de ser mulher não podem ser compreendidas pelo viés singular de ser mulher ou de ser negra, deve-se ter um olhar que inclua as interações que reforçam as opressões.

Nesse sentido, Crenshaw cunhou a palavra “interseccionalidade” no ano de 1989 em seu ensaio “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*” enfatizando a incidência de opressões sofridas por mulheres negras nas mais diversas interações sociais. Para a autora, era de suma importância a percepção de que as mulheres negras não poderiam ser compreendidas por um olhar singular que as colocavam no mesmo patamar das mulheres brancas, devendo ter um viés que incluísse as interações que reforçam as opressões que, além de ser mulher, se é negra. Para tanto, Crenshaw (2004) utiliza a interseccionalidade como conceituação do problema que visa capturar as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da maneira pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas

discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes.

Crenshaw (2004) procurou ilustrar através de imagem uma pessoa em uma interseção. Ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste – cruzando umas com as outras. A autora denomina tal situação como eixos da discriminação, dissertando que é possível pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte ao sul. E, ainda, é imaginável pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Crenshaw (2004) ilustra, na figura que segue, os carros que trafegam na interseção, representando a discriminação ativa e as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e gênero.

Figura 1 – Interseção de Crenshaw:



Fonte: Crenshaw (2004).

Para Crenshaw (2004), se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá antever que acontecerão colisões e que, possivelmente, estará no meio desse embate. As colisões que afetam as mulheres negras mencionadas pela autora, se referem a discriminação contra grupos específicos, mais precisamente, as discriminações que procuram mulheres peculiares que são interseccionais. Outro tipo de discriminação relatada pela autora seria a mista ou composta, se referindo ao efeito

combinado da discriminação racial e de gênero. E, por último, a estrutural, quando não há qualquer discriminação ativa. O que ocorre, em última instância, é que o peso mesclado das estruturas de raça e gênero marginalizam as mulheres que estão na base.

Poucos anos depois de seu ensaio seminal, Crenshaw (1991) em *“Mapping the Margins: Intersectionality Identify Politics, and Violence Against Women of Color”* evidenciou as formas políticas e organizacionais em torno da violência contra as mulheres. Nesse ensaio, a autora disserta que experiências enfrentadas por mulheres negras não são consideradas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres não-brancas.

Desde então, Kimberlé Crenshaw tem argumentado em suas pesquisas e estudos, que as mulheres negras são frequentemente deslembradas de análises de opressão de gênero ou racismo, uma vez que a primeira se aplica em experiências das mulheres brancas e, as últimas, em homens negros. Dessa forma, a autora evidencia a importância da luta feminina por um movimento que todas sejam ouvidas, onde um único movimento é incapaz de reivindicar e lutar por todas as mulheres, uma vez que suas necessidades e enfrentamentos são distintos. Por esse motivo, Crenshaw (1989) em seu ensaio disserta sobre a intersecção levantada ser provisória, uma vez que se tem muito a analisar em termos de categorias opressivas que incidem sobre minorias desprivilegiadas. Todos os movimentos interseccionais são, via de regra, transitórios e incompletos. São trabalhos e lutas em andamento, funcionando como uma condição e possibilidade que os agentes sociais possuem como forma de locomoção para outros contextos sociais e formações grupais (CARBADO et al., 2013).

Como forma de reflexão histórica de desigualdade social, Angela Davis traz em *“Gênero, Raça e Classe”* de 1983, uma visão do movimento anti-escravatura e o nascimento dos direitos das mulheres sob um olhar norte-americano utilizando um viés interseccional. No livro, Davis (1983) traz que as experiências vivenciadas pelas mulheres negras durante a escravatura – trabalho duro junto de seus homens, igualdade dentro da família, resistência, violência sexual e física – as colocaram em uma personalidade diferenciada, afastadas da maior parte das mulheres brancas.

Carneiro (2011) ainda relata que o racismo estruturante possui como característica a determinação de hierarquias de gênero, sendo necessária uma luta feminista que crie subsídios eficazes contra a opressão e a reprodução do discurso hegemônico. Davis (2011) vai além, enfatizando em sua fala sobre a necessidade de compreender que classe informa a raça, da mesma forma que gênero informa a classe. Raça é a forma como a classe é vivida. Da mesma maneira que gênero é o jeito como a raça é vivida. É necessário refletir para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas (DAVIS, 2011).

Para além disso, o questionamento realizado por Sueli Carneiro (2011) “De que mulheres estamos falando?” remete a uma diversidade de imperativos sociais, principalmente aos abordados pela autora no que se refere às necessidades das mulheres negras em um contexto histórico marcado pela exploração sexual e do trabalho. Nesse sentido, Bilge (2009) procurando utilizar uma visão transdisciplinar que abarque a complexidade das identidades e desigualdades sociais, conceitua o termo interseccionalidade como uma teoria que despreza o enclausuramento e a hierarquização da distinção social que são: sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O sentido interseccional vai afora da simples constatação da variedade dos sistemas de opressão que agem a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das distinções sociais. Por esse motivo, a diversidade de agentes sociais em torno de diferentes gêneros, etnias e orientações sexuais passam a abranger a interseccionalidade de modo a envolver uma gama cada vez maior de experiências e estruturas de poder (CARBADO et al., 2013).

Refletir sobre a interseccionalidade auxilia a compreender e dismantelar que tal teoria nunca foi findada, muito menos um tema exaurido em termos de estudo. É uma análise sempre em progresso por suas articulações e movimentos, existindo potencialmente categorias opressivas que ainda preocupam e devem ser direcionadas a estudo e análise, movendo, assim, a interseccionalidade para contextos inexplorados (CARBADO et al., 2013). É, ainda, um olhar de que o poder social na determinação da diferença não precisa ser o poder da dominação; ao contrário, pode ser a fonte de empoderamento social e de reconstrução (CRENSHAW, 1991).

Contudo, como forma de analisar as articulações e movimentos ainda latentes advindos do contexto da Teoria Interseccional, e, ainda, como meio de delimitação conceitual, foram separadas as categorias classe, raça e gênero em tópicos que seguem. A intersecção dos conceitos será abordada na seção “O contexto de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional” e na análise das histórias de vidas coletadas.

2.2.1 Classe: uma análise para além de uma redução economicista

Os problemas sociais provenientes da discriminação e naturalização das condições humanas a partir de signos sociais, são oriundos da exploração capitalista embasada em divisões sexuais, raciais e sociais do trabalho. Dessa forma, pensar em classe social dissociada de intersecções determinantes é desconsiderar fatores essenciais da construção da identidade de determinado grupo que acabam por determinar suas posições sociais em toda conjuntura econômica. A alusão à classe social carrega consigo uma caracterização econômica do pertencimento de classe, como se essa fosse somente determinada pela renda dos indivíduos. Desse modo, para um debate sociológico legítimo, levou-se aqui como dinâmica de pertencimento de classe uma análise para além de uma redução economicista, respeitando, também, aspectos culturais e simbólicos envolvidos nas interações sociais (BOURDIEU, 1983, 2013; SOUZA, 2006, 2010). Como fonte norteadora de tal debate, conduzem-se aqui como preceitos epistemológicos os estudos de Jessé Souza e Pierre Bourdieu.

Para Souza (2010), as análises de classe somente centradas em renda distanciam da compreensão do constructo social e suas fronteiras. Para o autor, as classes sociais são constituídas por aportes ideológicos, éticos, morais, educacionais, compreendidos pela noção de cultura. Desse modo, vale refletir criticamente que pessoas que estão em um mesmo nível econômico não, necessariamente, possuem o mesmo comportamento cultural e de consumo. Isso explica o fato de Souza (2010) dissertar sobre a formação diferencial dos indivíduos – capital cultural, social e econômico – que acabam por refletir em posições e oportunidades singulares e diferenciadas no meio social.

Historicamente os sujeitos sociais não estão aquinhoados de forma igualitária e justa com o mesmo reconhecimento social. Essa dimensão é tão rasa como não

considerar a concepção sociocultural de classe, por oposição ao conceito economicista de classe, de forma a indicar fatores extra econômicos, morais, políticos, subconscientes que edificam e reproduzem distinções sociais (SOUZA, 2006). É nessa concentração que Souza (2006) associa a obscuridade pré-reflexiva das distinções sociais à sociologia de inconsciência de classe de Pierre Bourdieu.

Segundo Bourdieu (2013), grupos e classes sociais existem de alguma maneira duas vezes, sendo caracterizadas pelo autor em primeira e segunda ordem. A primeira é apontada pela distribuição das propriedades materiais; e, a segunda ordem, se encontra nas representações contrastantes produzidas pelos agentes na base de um conhecimento prático, tal como se manifestam nos estilos de vida. O autor destaca que esses dois modos de vivência não são independentes, ainda que tenham certa liberdade quanto às distribuições.

A partir do que Bourdieu (1983) chama de “gosto”, surgem, então, critérios classificatórios de distinção social. O gosto pode ser compreendido pela propensão e aptidão à apropriação material e/ou simbólica de determinados objetos ou práticas classificadoras, é a fórmula que está no princípio do estilo de vida. Dessa forma, o estilo de vida é um conjunto de preferências que manifestam, na lógica de cada subespaço simbólico, a mobília, vestimenta, linguagem ou *hélix* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo de vida. Contudo, as práticas e as propriedades constituem o estilo de vida do agente social, são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*. (BOURDIEU, 1983).

A representação dos agentes no meio social é reflexo de um sistema de percepção e de apreciação. Tal representação é um produto incorporado de uma condição determinada por uma posição quanto à distribuição de propriedades materiais – primeira ordem –, e do capital simbólico – segunda ordem –, que considera não somente as representações que os outros têm dessa mesma posição, mas, também, a posição nas distribuições retraduzidas simbolicamente nos estilos de vida (BOURDIEU, 2013). Para Souza (2006), Bourdieu edifica uma reflexão de estratificação social que ajustada a aspectos econômicos e socioculturais, vincula a situação de classe a uma condução de vida específica. Tal condução pode ser representada por aspectos reativos ao mundo e nas relações sociais, não sendo somente atrelada a uma redução economicista.

As desiguais posições no meio social passam a se referirem a distintos estilos de vida, em função de sistemas de desvios diferenciais, que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (BOURDIEU, 1983). Dessa forma, as condições de existência por Bourdieu (1983) mencionada, se referem as diferentes posições ocupadas pelos agentes sociais na conjuntura econômica, sejam elas operariado ou empresariado. Tais posições passam a definir os estilos de vida transformando o mundo cotidianamente pela prática.

O exercício dos estilos de vida por Bourdieu (1997) analisado são autodeterminados pelo meio social em que os agentes estão inseridos e mediados pelo *Habitus*. O *Habitus* pode ser compreendido por disposições culturais e intelectuais incorporadas e introjetadas no agente social, expressando a linguagem corporal. Passam a conduzir escolhas, recursos e ideias de determinados grupos sociais, contrariando tradições racionalistas e intelectualizantes. É a subjetividade socializada, espontaneidade condicionada e limitada, princípio mecânico da ação, e, mais precisamente, da reação. É uma resposta a um aspecto da realidade a partir de certos estímulos condicionais e convencionais, que existem como tais apenas para um agente disposto e apto a percebê-los (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu (1997) ainda disserta sobre o *Habitus* ser produto das experiências já acontecidas, e de um acúmulo coletivo e individual. Deve ser compreendido por uma análise das condições econômicas e sociais da gênese dos gostos individuais em matéria de alimentação, de decoração, de vestuário e, também, de canções, de teatro, de música ou de cinema. Dessa forma, o *Habitus*, por Bourdieu (1997) analisado, se refere ao gosto que os agentes sociais possuem para comer, vestir, ouvir, e que estão estreitamente relacionados a uma organização social e ao lugar que os agentes estão inseridos. O gosto não é algo natural e, sim, naturalizado pelo meio social, servindo de distinção de uma classe em relação à outra. É, também, considerado pelo autor, um código socialmente constituído e reconstruído cotidianamente, sendo possível através dele identificar e diferenciar grupos e classes sociais.

De forma crítica e reflexiva, Souza (2006) propôs uma subdivisão ao conceito do *Habitus* de Bourdieu como meio de compreender a forma pela qual se dá a alocação de agentes em classes sociais. O autor sugere uma reflexão para além do conceito genérico, aplicando situações específicas de classe fazendo uma referência a pluralidade de *Habitus* existentes no meio social. Se para Bourdieu (1997) o *Habitus*

significa a incorporação de esquemas avaliativos a disposições de comportamentos oriundos de determinada conjuntura econômica e social, para Souza (2006) alterações na estrutura econômico-social implica, por consequência, em alterações qualitativas no *Habitus* dos agentes sociais. Dessa forma, Souza (2006) categoriza o *Habitus* em primário, precário e secundário, como forma de apontar uma existência transclassista nas relações entre as classes dominantes e dominadas, nas relações especulares, reativas e de soma zero, não percebidas por Bourdieu em sua análise. Para tanto, Souza (2006) classifica como *Habitus* primário os esquemas avaliativos e disposições de comportamento internalizados e incorporados, que possibilita o compartilhamento de uma noção de dignidade efetivamente compartilhada. O *Habitus* precário se encontra no limite do *Habitus* primário para baixo. Se enquadra em tipos de personalidade e de disposições de comportamento que não consentem às demandas objetivas que um agente social possa ser considerado produtivo e útil na sociedade, não podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. Já, o *Habitus* secundário, se relaciona com o limite do *Habitus* primário para cima. É considerado fonte de reconhecimento e respeito social que pressupõe, no sentido forte do termo, a generalização do *Habitus* primário para extensas categorias da população de uma dada sociedade, caracterizada pelo “bom gosto” (SOUZA, 2006).

Para Souza (2006) a dissertação sobre a pluralidade de *Habitus* existentes torna possível uma análise sobre as disposições sociais capazes que alocar agentes em posições de privilégio ou desprivilégio social. Isso explica o fato de o *Habitus* primário estar associado a predisposições psicossociais favoráveis que resultam na esfera da personalidade, economia emocional, e pré-condições cognitivas para um melhor desempenho no que se refere a atendimento de demandas. Tal análise, por Souza (2006) apreciada, elucida que a ausência de tais predisposições resulta em um *Habitus* marcado pela precariedade, alocando agentes em situação de desprivilégio social. Dessa forma, o *Habitus* precário é demarcado pela ausência de legitimação social e deficiência de dignas precondições sociais, delimitando um conjunto raso de disposições psicossociais que não se adaptam ao contexto capitalista e à esfera pública. Tal cenário social é contemplado de maneira clara pelos privilegiados e pelas vítimas da precariedade (SOUZA, 2006).

No Brasil, dados do IBGE (2018) sobre o trabalho informal – aquele sem carteira de trabalho assinada ou, ainda, por conta própria –, demonstra que alcançou em 2017 37,3 milhões de pessoas, representando 40,8% da população ocupada. No que se refere a educação, o percentual de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo em 2017 era de, apenas, 19,7%. Os dados ainda demonstram que crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) sofriam mais com outras privações, como, por exemplo, falta de saneamento básico (37,2%) e proteção social (22,3%) no mesmo ano.

Os agentes sociais incorporados nesse *Habitus* precário são definidos pela falta de aptidões mínimas para uma vida com algum tipo de sucesso, pela simples reprodução social da ausência de privilégios. Torna-se possível a partir de então, uma reflexão sobre a profissão dos agentes sociais estar atrelada a suas relações familiares. Bourdieu (2007) salienta que a origem familiar, o tipo de educação e os acessos a bens culturais, delineiam as escolhas normalmente naturalizadas pelos agentes sociais. Os estímulos às leituras, cinema, arte e histórias cheias de fantasias somente serão passíveis de realização em um ambiente familiar onde pais e avós possuem de antemão privilégios de classe que os possibilitaram estudar em boas escolas. Segundo Souza (2009), o processo de identificação afetiva, no que se refere imitar aquilo ou quem se ama, acontece de forma natural e pré-reflexiva, e é isso que torna extremamente eficaz a legitimação do privilégio. Apesar de invisível, esse processo de identificação emocional envolve uma extraordinária vantagem na competição social, seja na escola, seja no mercado de trabalho em relação às classes desprivilegiadas.

Contudo, em situações de desprivilégio social, a reprodução de tal capital cultural não se dá da mesma forma pelo motivo no enredo familiar não ter o mesmo *Habitus* em função de sua desfavorável posição social. O resultado de tal desprivilegio é a reprodução de um *Habitus* demarcado pela precariedade. Para Souza (2009) apenas a herança material, pensada em termos econômicos, é percebida por todos. Para o autor, a cegueira economicista do mundo reside em não perceber a importância da transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, são tornados invisíveis para

propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico – classes altas –, seja cultural – classes médias –, e torná-lo legítimo.

Na próxima seção será dada continuação a estudos de categorias opressivas advindas do contexto de estudos interseccionais, tendo como raça a próxima delimitação conceitual.

2.2.2 Raça: uma categoria social de dominação e de exclusão

Os progressos realizados pela ciência biológica – genética humana, biologia molecular e bioquímica –, orientaram pesquisadores a conclusão de que a raça não é um fato biológico, mas um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e dividi-la em raças. O uso de tal conceito como fato social e político, considera a raça como uma constituição sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2004).

O antropólogo Munanga (2004), explica a corrente histórica que originou o uso do conceito de raça que reflete até a atualidade nas relações de poder. Como em grande parte dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal. No latim medieval, o significado de raça passou a indicar a descendência e a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que possuem ancestrais e características físicas em comum. Foi no ano de 1684, que o francês François Bernier, utiliza o termo para qualificar a disparidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa operar nas relações entre classes sociais da França, sendo empregado pela nobreza local que se auto identificava como “Francos”, de origem germânica. Na relação contrária, sem uma origem dominante, a população era denominada “Plebe”. Os Francos se avaliavam dotados de sangue puro, sugerindo suas destrezas especiais e capacidades naturais para dirigir, administrar e dominar. Nota-se como o conceito de raças puras era utilizado para legitimar as relações de dominação e exploração entre classes sociais, sem que existissem disparidades morfo-biológicas notáveis entre os sujeitos pertencentes a elas.

A escravidão e o colonialismo são duas categorias especificamente importantes para se avaliarem as relações raciais no Brasil, uma vez que foi por meio delas que

se deu início a uma diferenciação mais clara e disseminada entre os povos. Foi por intermédio deles que os negros africanos chegaram para serem escravizados e que se sustentaram as mencionadas e já existentes correlações entre genética, intelecto e moralidade (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2016).

A formação da população brasileira foi composta por diversas matrizes: indígenas, portugueses, negros, espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses, dando origem a um povo miscigenado (IBGE, 2018). A categoria raça designava, portanto, um conjunto de sujeitos consanguíneos com algum parentesco biológico entre si, com uma reserva de milhares de genes transmitida hereditariamente, onde o indivíduo com acesso àquela reserva pertenceria a determinada raça (SANTOS, 1999). Tal premissa perdurou até o século XX, onde seu valor de cunho científico e biológico foi destituído. Dessa forma, raça, uma categoria que foi concebida como biológica, foi revelada como uma categoria discursiva (HALL, 1992).

Pena (2007) disserta que do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. Tal verificação, já anteriormente apurada pela genética clássica, se transformou em um fato científico conclusivo com os avanços do Projeto do Genoma Humano. Segundo ele, é impossível dividir a humanidade em categorias biológicas, independentemente do critério utilizado para significação de raça. Existe apenas uma raça, a raça humana. Tal afirmação do conceito não significa que todos os indivíduos sejam geneticamente idênticos. Os patrimônios genéticos são desiguais, mas tais diferenças não são suficientes para classificá-las em raças.

Para tanto, raça é uma categoria formulada pelos modos de fala, por representações sociais pouco específicas e disparidades físicas: cor da pele, textura do cabelo, como fatos simbólicos objetivando diferenciar um grupo de outro (HALL, 1992). Os debates sobre as relações raciais são direcionados para além de aspectos biológicos, ocupando, também, aspectos sociais no que tange o entendimento do que é ser negro, branco, índio, mestiço, dentre outras formas de classificações humanas. Tais classificações evidenciam relações sociais que não possuem apenas um entendimento étnico-semântico, mas, também, político-ideológico de hierarquização (MUNANGA, 2006). Para Munanga (2004), o conceito de raça surge como ferramentas para operacionalizar o pensamento, passando, posteriormente, a servir de critério de subordinação entre grupos sociais.

O IBGE pesquisa cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. Para tanto, as pessoas são questionadas sobre sua cor de acordo com as opções: preta, parda, indígena ou amarela. Ainda no Brasil, conforme a PNDA no ano de 2016, 47,2% (97,3 milhões) se declararam de cor parda; 43,8% (90,2 milhões) de cor branca e 8,2% (16,8 milhões) de cor preta.

Neste contexto, o que vem impactando a sociedade de forma singular, de modo que negros e negras passaram se declararem como tal, são o auxílio das práticas comunicacionais. Com a ajuda de plataformas midiáticas, grupos estão trabalhando como agentes de transformação incluindo novos temas e incitando discussões sociais. Segundo Malta e Oliveira (2016), tais fenômenos estão acontecendo dentro do feminismo negro por intermédio da inserção de mulheres negras, jovens em sua maioria, em ações no ciberespaço. São sites e blogs como o Geledés² (<http://www.geledes.org.br/>) e Blogueiras Negras³ (<http://blogueirasnegras.org/>) que, compartilhando textos por meio das redes sociais como o *facebook* e o *twitter*, têm ganhado um alcance e visibilidade cada vez maiores.

Para além de movimentos sociais e ações no ciberespaço, a hierarquia estabelecida entre grupos através de um constructo social classificatório tem como resultado o preconceito racial. Para Nogueira (2007), preconceito racial é uma disposição desfavorável, culturalmente condicionada, em relação a determinado grupo de uma população, aos quais se têm como estigmas a aparência, ascendência étnica que lhes atribui ou se reconhece. O autor ainda disserta que se o preconceito for exercido em relação à aparência, tendo por motivo traços físicos, fisionomia e sotaque, considera sendo preconceito de marca; caso o preconceito seja pela descendência do grupo étnico do indivíduo, diz-se que é de origem.

Assim, a maneira que segmentos sociais são classificados, do ponto de vista da percepção de traços físicos, direciona a trajetória de vida de cada sujeito social, resultando em estigmas e desvantagens para uns e capital social para outros (PETRUCELLI; SABOIA, 2013). Teixeira (2016) ainda comenta sobre os resquícios

² “Geledés - Instituto da Mulher Negra” é uma organização brasileira de mulheres negras que lutam contra o racismo e sexismo, objetivando eliminar as discriminações existentes nas relações sociais. Busca um posicionamento de forma a defender minorias sub-representadas, as quais padecem de desvantagens na conjuntura social.

³ “Blogueiras Negras” trata-se de blogueiras negras e afrodescendentes reunidas na web para tratar de questões como negritude, feminismo e produção de conteúdo como meio de luta e resistência.

de classificações estabelecidas no meio social, sendo importante destacar a reprodução de um racismo estrutural, responsável pela existência de uma desigualdade socioeconômica entre brancos e negros; de um racismo institucional, que é perpetuado e se mantém nas instituições; e, por último, um racismo interpessoal, que se apresenta nas relações entre os sujeitos e os diversos grupos sociais.

Ainda que o conceito biológico de raça tenha sido cientificamente ultrapassado, ele ainda se faz presente no imaginário e na conjuntura social, onde a sociedade ainda vive com a noção de raça simbólica (TEIXEIRA, 2016). A raça simbólica, em D'Adesky (2001), é a noção de raça no sentido da interpretação e da percepção social, sendo orientada pelas características como cor da pele, traços fenotípicos e morfológicos, onde um indivíduo é identificado, principalmente, como branco, negro ou amarelo.

Rosa (2012), aproveitando os estudos desenvolvidos pelo sociólogo Oracy Nogueira, compara o preconceito racial brasileiro ao norte-americano. O autor exhibe a disparidade entre o que seria um preconceito de marca brasileiro e um preconceito de origem norte-americana. No caso brasileiro, o preconceito se relaciona às características fenotípicas do negro, podendo variar de acordo com as gradações de cores. Ademais, outros aspectos influenciam o preconceito racial, como, por exemplo, a posição social ocupada pelo sujeito. Já na situação norte-americana, o preconceito acontece em virtude da ascendência do negro, de sua origem étnica, empregando classificações genotípicas que independem da aparência ou do nível de mestiçagem.

Contudo, tal noção da categoria raça passa a adentrar o meio social estabelecendo lugares na sociedade para determinados grupos. Além de espaços sociais diferentes do ponto de vista socioeconômico, simbólico e hierárquico, são espaços distintos também no que se refere à caracterização de costumes e crenças, fazendo com que a noção de raça ainda seja uma importante categoria definidora, demarcadora e classificatória de grupos sociais (TEIXEIRA, 2016).

Para além de raça como uma categoria estabelecadora de posições sociais, na próxima seção será tratada da categoria gênero, como forma de findar os estudos de categorias opressivas e seus marcos conceituais.

2.2.3 Gênero: um conceito à luz dos estudos raciais

Neste tópico será apresentada uma revisão teórica do conceito de gênero à luz dos estudos raciais. Tal recorte possui como objetivo compreender a dupla alteridade da mulher negra nas relações sociais. A perspectiva de gênero é aqui considerada uma categoria teórica que não pode ser desatrelada de distintos eixos opressivos, uma vez em que sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, o racismo determina a própria hierarquia de gênero (CARNEIRO, 2011; FERNANDES, 2016).

Primeiramente, faz-se necessária a compreensão teórica do termo “gênero”. Joan Scott, em seu célebre artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, publicado originalmente como artigo em 1986, buscou destacar que nenhuma experiência corporal acontece fora dos processos sociais e históricos de constituição de significados, fora das relações sociais. Segundo a autora, as primeiras utilizações do termo gênero aconteceram entre feministas americanas, que objetivavam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundamentadas no sexo. O termo aponta a uma rejeição do determinismo biológico subentendido no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Contudo, gênero em Scott (1995) é um termo criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social.

A diferenciação historicamente estabelecida entre o feminino e masculino culminou em hierarquização, sendo essa sentida até os dias atuais nas relações sociais. Homens sempre foram relacionados a seres completos e inteligentes, já as mulheres foram vinculadas ao corpo e ao emocional. Como resultado estruturante, o homem representa a essência da humanidade e da capacidade cognitiva; as mulheres concebem a imagem de um ser inferior, sendo destinada a posições secundárias na sociedade (FERNANDES, 2016). Além do binarismo estruturante nas relações sociais, o fator raça aumenta a disparidade e, por vezes, ratifica uma desvantagem social que, além de ser mulher, se é negra.

Ribeiro (2015) discute a posição ocupada pela mulher negra pelo olhar de Grada Kilomba. Para Kilomba a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num local de impossível reciprocidade. Por essas mulheres não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam um lugar desprivilegiado no meio social

supremacista branco. É nesse ponto que se encontra a dupla alteridade da mulher negra, por ser o contraste da branquitude e da masculinidade. A reflexão de Ribeiro (2015) em Grada Kilomba disserta que a antítese de branquitude e masculinidade impede que a mulher negra seja tratada pelo meio social como um sujeito, sendo assim, reconhecida como o outro do outro.

hooks (1995) sustenta que a mulher negra é duplamente discriminada por sua condição feminina e racial. Ela é vista a partir de seu corpo, um corpo mais próximo da natureza, mais animalístico, e, ainda, mais primitivo que o corpo da mulher branca ou do homem negro (HOOKS, 1995). Carneiro (1995) ainda disserta sobre a desvalorização social da mulher negra, dentre outros motivos, estar atrelada ao padrão estético estabelecido, onde as mulheres brancas constituem o ideal de beleza proveniente de um pensamento hegemônico, onde o padrão que prevalece é o branco ou o mais próximo da branquitude.

As discriminações entrecruzadas de raça e gênero são passíveis de experiências distintas na condição da classe. Experiências essas, por vezes, que as direcionam à pobreza e as mais precárias condições de existência, estabelecendo a elas a base da hierarquia social.

A pesquisa feminista sobre a condição de pais indica que as mulheres são socializadas para desenvolver práticas relacionais que destaquem nossa capacidade de cuidar dos outros. Essa socialização era e é em geral tornada explícita nas famílias negras tradicionais. Como muitas negras foram criadas em lares onde as mães trabalhavam fora, assumiram cedo a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado dos outros. Um tempo para si mesma para pensar não é tradicionalmente valorizado para as meninas negras (HOOKS, 1995, p. 474).

O racismo e o machismo estão conexos e fortificam a exploração de mulheres negras desde o período escravagista. O preconceito de cor fundou a escravidão e o trabalho forçado; e o machismo estabeleceu as mulheres negras a tomarem os papéis mais subalternizados do meio social. Ademais, colaborou para perdurar a exploração sexual dos seus corpos, contribuindo para o estigma da hipersexualização que, mesmo após a abolição, continuou vivo, camuflando uma história de violência e exploração sexual (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

Por fim, no contexto brasileiro, através dos dados coletados no Dossiê Mulheres Negras (2013), observa-se que, em 2009, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, apontando uma participação relativa maior de negras em

comparação às brancas. Ainda, segundo o dossiê, foi no ano de 1995 que o *Retrato* inicia sua série histórica de acompanhamento de indicadores, porém, somente no ano de 2008 que as mulheres negras passaram a ser mais numerosas que as brancas. Tal acréscimo não significa um aumento na taxa de fecundidade e natalidade desse grupo populacional, mas, sim, uma maior identificação, valorização e reconhecimento da população negra como tal.

Findadas as categorias advindas do contexto da Teoria Interseccional, e, ainda sua delimitação conceitual, no próximo tópico será realizada a intersecção dos conceitos anteriormente tratados, tendo como recorte principal o contexto de trabalho brasileiro.

2.3 O CONTEXTO DE TRABALHO SOB A ÓTICA DA TEORIA INTERSECCIONAL

A cooptação de categorias opressivas advindas do contexto da Teoria Interseccional, às análises relacionadas ao mundo do trabalho, auxilia na compreensão da dinâmica de produção e reprodução das desigualdades sociais. As díspares remunerações auferidas por brancos e negros, mulheres e homens, não podem estar somente atreladas ao baixo nível de instrução que dificultam a mobilidade social de determinados segmentos da população, mas, também, a mecanismos estruturantes de dominação e segregação. Como reflexo, as relações de trabalho e de emprego de mulheres negras, passam a absorver com maior intensidade as barreiras estruturais emergentes de questões raciais, de gênero e classe.

As desigualdades sociais provenientes de interações entre gênero, raça e classe são eixos estruturantes que balizam relações laborais e, por consequência, posições sociais. Para tanto, buscando apoio teórico, parte-se das reflexões de Crenshaw (1989) quando do cunho da palavra “interseccionalidade”, onde a autora visa capturar as implicações oriundas de categorias subordinativas, como racismo, patriarcalismo e a opressão de classe.

As implicações oriundas de categorias subordinativas adentram a conjuntura social e estão presentes no contexto laboral, passando a regular a forma de se fazer trabalho e seu vínculo empregatício. Ressalta-se aqui a importância da diferenciação conceitual e de sentido das relações de trabalho e emprego e suas implicações no

meio social. Relação de emprego acontece quando estão presentes os requisitos do art. 3º da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, ou seja, tem-se uma relação de emprego quando a prestação de serviço acontece de maneira não eventual, de forma subordinada e pessoal, sendo o trabalhador protegido pela CLT. Já, a relação de trabalho, acontece quando alguma das condições do art. 3º da CLT não são preenchidas, ou seja, basta que um destes últimos critérios não seja suprido para que aconteça uma relação de trabalho.

As desigualdades oriundas da intersecção de gênero, raça e classe se expressam claramente nos indicadores de mercado de trabalho. Dados que fazem parte da pesquisa “Estatística por Gênero” divulgada pelo IBGE (2014), mostram que o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%), e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Como resultado, ainda segundo o IBGE (2010), a proporção da população ocupada em trabalhos formais é maior para mulheres brancas, ficando as mulheres negras com trabalhos informais, sem seguridade social e tendencialmente precários, comprovados na tabela abaixo.

Tabela 1 - População ocupada por trabalho formal:

Faixa Etária	Mulher Negra	Mulher Branca
16 a 29 anos	51,20%	66,40%
30 a 49 anos	53,30%	67%
50 a 59 anos	47,80%	60,10%
60 anos ou mais	29,40%	38,90%

Fonte: IBGE (2010)

Foram consideradas trabalhadoras com carteira de trabalho assinada, inclusive as trabalhadoras domésticas, as militares e funcionárias públicas estatutárias, bem como as empregadoras e trabalhadoras por conta própria que contribuem para a previdência social (IBGE, 2010). Ainda, segundo o IBGE (2010), 59,9 % das mulheres pretas ou pardas se encontram ocupadas nos setores de serviços, sendo esses prestados principalmente às famílias de terceiros.

Entre os anos de 2012 e 2016, o Brasil passou por mudanças significativas oriundas de conjuntura econômica bastante variada. Porém, após dez anos de resultados relativamente positivos na atividade econômica, o aumento da renda e do

emprego sofreram um processo de esgotamento e crise a partir de meados de 2014. O acréscimo da desocupação foi uma das principais consequências desta dinâmica, e seu resultado direcionou para o aumento das desigualdades sociais e uma maior vulnerabilidade de determinados segmentos populacionais (IBGE, 2016).

Dessa forma, ao interseccionar categorias opressivas, é possível oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É necessário frisar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da disparidade, em sentido amplo para dar cabida às influências mútuas entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008).

O estudo “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça” (PCERP) colheu dados em 2008, em uma amostra de aproximadamente 15 mil domicílios, no Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Entre os resultados, ressalta-se o reconhecimento, por 63,7% dos entrevistados, de que a cor ou raça influencia na vida. Dentre as ocorrências nas quais a cor ou raça tem maior influência, o trabalho surge em primeiro lugar, acompanhado pela relação com a polícia/justiça, o convívio social e a escola. Outro dado alarmante apresentado na pesquisa, é que a influência de cor ou raça atinge de forma mais incisiva sobre as mulheres, em um valor de 66,8%, enquanto para os homens, os dados se mostraram em 60,2% (IBGE, 2011).

Há décadas a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade nas relações de trabalho. Porém, as análises que aprofundaram a perspectiva de gênero dificilmente consideram a categoria raça, homogeneizando a força de trabalho como se a questão racial não existisse enquanto diferencial de direitos ou especificidades que afetam a mulher negra (BENTO, 1995), uma vez que, para as mulheres negras de classe baixa, a participação no trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as colocam, de início, em patamares desvantajosos (IPEA, 2013).

Apreender o impacto da realidade socioeconômica da família de origem e demais características, como, por exemplo, sexo, cor ou raça, na determinação da posição ocupacional ou do nível educacional alcançado, é uma maneira de medir quão estratificada é a sociedade brasileira e de que forma se dá a reprodução das

desigualdades sociais entre gerações (IBGE, 2016). Comparações estatísticas feitas entre homens e mulheres revelam que os que não estudam nem estão ocupados, são afetados por questões conjunturais que impactaram o mercado de trabalho e acabam influenciando na composição social de determinado grupo. De acordo com a tabela que segue, as mulheres tinham, em 2016, 1,7 vezes mais chances que os homens de estarem não estudando e não ocupados, chamando, ainda, real atenção para os resultados demonstrados para as mulheres pretas ou pardas.

Tabela 2 - Jovens de 16 a 29 anos por idade, cor e tipo de atividade:

Características	Percentual (%) de jovens de 16 a 29 anos por idade, cor e tipo de atividade:			
	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda não está ocupado
Cor ou Raça				
Branca	22,0	14,4	42,4	21,2
Preta ou Parda	21,1	10,1	39,7	29,1
16 a 29 anos				
Homem branco	21,3	14,7	47,6	16,4
Homem preto ou pardo	20,0	11,0	48,1	20,8
Mulher branca	22,8	14,1	37,2	25,9
Mulher preta ou parda	22,2	9,2	31,0	37,6
16 a 17 anos				
Homem branco	68,4	17,0	5,3	9,4
Homem preto ou pardo	67,0	15,6	7,2	10,2
Mulher branca	72,3	11,9	3,2	12,6
Mulher preta ou parda	72,1	8,5	2,9	16,5
18 a 24 anos				
Homem branco	18,7	16,3	44,6	20,4
Homem preto ou pardo	15,5	11,9	46,7	25,9
Mulher branca	22,0	17,3	32,2	28,6
Mulher preta ou parda	18,7	10,7	28,4	42,3
25 a 29 anos				
Homem branco	3,9	11,3	71,0	13,8
Homem preto ou pardo	2,3	7,3	71,8	18,6
Mulher branca	5,1	10,6	56,8	27,5
Mulher preta ou parda	4,8	7,4	47,6	40,1

Fonte: IBGE (2010).

Foram considerados jovens entre 16 a 29 anos, tendo como característica selecionada sexo, cor ou raça. Segundo o IBGE (2016), a desigualdade aumenta ao confrontar homens brancos com mulheres pretas ou pardas: uma jovem preta ou parda possuía 2,3 vezes mais chances do que um jovem branco de não estudar nem estar ocupada em 2016. Ao fazer a comparação entre mulheres e homens, levando-se em consideração a classificação racial, passa a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos.

A segregação racial e de gênero estão associados, também, à concorrência na emancipação social, resultando em disparidades entre grupos sociais na apropriação de posições na hierarquia social. O mercado de trabalho é considerado lócus privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a condição de entrada neste, representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos (IPEA, 2013).

Contudo, a presente seção teve como objetivo ressaltar o peso que a interseccionalidade de gênero, raça e classe possui na construção e no vínculo de uma relação laboral no Brasil, uma vez que a participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um recorte de relevância para a apreensão da interseccionalidade na constituição das desigualdades sociais brasileiras. É sobre essa reflexão que a presente dissertação de mestrado se construiu, tendo como marcos norteadores de tal construção o próximo tópico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

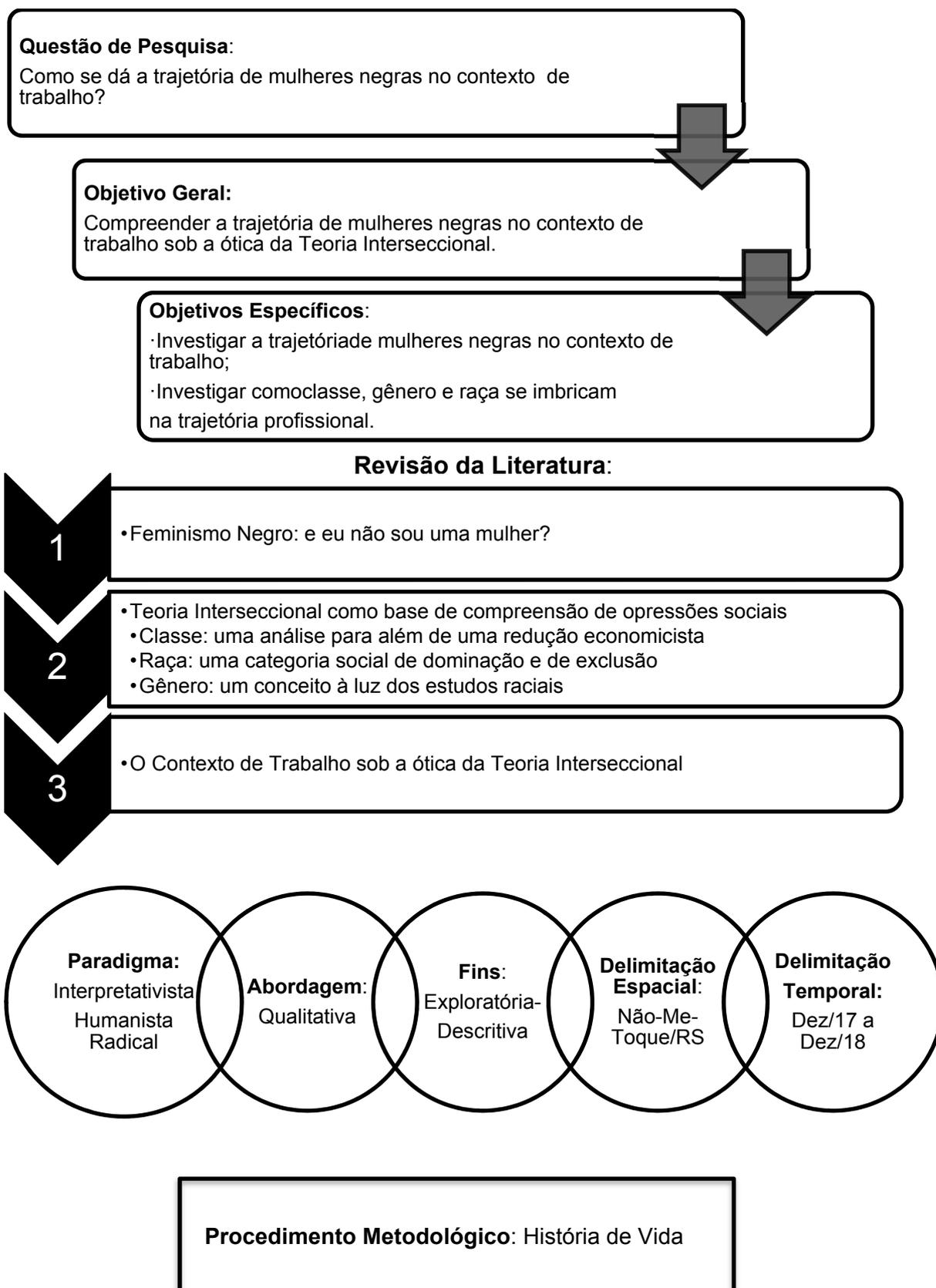
Antes de tudo, é preciso reconhecer aqui a metodologia como uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica (MARTINS, 2004). Para se fazer ciência, é necessário estabelecer os processos pelos quais certa realidade será investigada, e, ainda, a forma que se fará a interpretação da realidade apresentada. O método escolhido constitui-se um elemento ordenador da investigação e de proximidade com a veracidade (DEMO, 1985). Sendo assim, a metodologia é uma preocupação instrumental que trata das maneiras de fazer a ciência, se preocupando com os procedimentos, ferramentas e os caminhos (DEMO, 1985).

A partir da condução teórica já apresentada, organizou-se neste capítulo os pontos norteadores desta pesquisa, os quais auxiliaram para que os objetivos desta dissertação fossem alcançados. O capítulo tem seu início com uma estrutura norteadora, demonstrando de maneira sintetizada a classificação, características e método da pesquisa. Em um segundo momento, será realizado o diálogo entre método e teoria, objetivando demonstrar em que momento ambos se imbricam. Posteriormente, será apresentado de maneira breve o campo, dissertando sobre a cidade onde aconteceram as entrevistas e suas características demográficas. Por fim, será relatada sobre a forma de coleta e análise dos resultados e a caracterização das mulheres negras entrevistadas.

3.1 Da Estrutura Norteadora da Dissertação

Para uma melhor compreensão, organizou-se de forma resumida na figura que segue os pontos a serem tratados nos parágrafos seguintes. O objetivo foi de conduzir de forma sintética o leitor sobre os marcos norteadores desta pesquisa, para, depois, aprofundar teoricamente sobre os caminhos percorridos.

Figura 2: Estrutura Norteadora da Dissertação:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Apresentada a estrutura norteadora desta dissertação, parte-se, então, para os preceitos teóricos de forma aprofundada, os quais possibilitaram os direcionamentos conceituais e investigativos desta pesquisa.

3.2 Abordagem, Método e Paradigmas

Os resultados positivos de pesquisas e estudos estão relacionados com o planejamento prévio de sua execução. A apropriação precedente de abordagens, métodos e paradigmas específicos auxiliam no melhor posicionamento teórico-metodológico, resultando, assim, em um terreno fértil de conhecimentos e descobertas relevantes aos temas propostos.

A pesquisa qualitativa se centraliza em compreender de que forma o campo acontece, delineando a história dos eventos – como começou? O que aconteceu? E depois? (BECKER, 2007). Ela é ainda entendida como aquela que oportuniza a análise de micro processos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando uma análise intensiva dos dados (MARTINS, 2004). Pode ser, também, considerada uma estratégia de investigação com precisa descrição contextual, garantindo ao máximo a intersubjetividade na descrição da realidade coletada através de dados (PÉREZ-SERRANO, 1990). A partir da pesquisa qualitativa, tem-se por objetivo descrever, interpretar e entender dado fenômeno (MERRIAM, 1998).

Além disso, buscando definir um método que pudesse dar conta do objeto de estudo, optou-se pelo método História de Vida, uma vez que este tem se revelado com grande potencial para o desenvolvimento teórico do campo da Administração, principalmente nos estudos sobre gênero, cultura, poder e mudança (MAGESTE; LOPES, 2007). Tal método não se debruça em dados quantitativos, mas em estudos da experiência humana, compreendendo de que forma as pessoas interagem, interpretam e constroem seus sentidos (OLIVEIRA, 2007).

O método História de Vida tem seu início com o desejo do entrevistado de contar sua vida, sendo o sujeito selecionado a partir das relações já desenvolvidas pelo pesquisador no contexto. É a partir da relação que vai sendo firmada – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos – que o método se desenvolve (SILVA et al.,

2007). Colomby et al. (2016) afirmam que os trabalhos oriundos de tal método demonstram diferentes perfis e grupos de entrevistados, no entanto, em sua maioria, mostraram em comum o estudo de sujeitos e grupos considerados minoritários ou fora do *mainstream*, mostrando, dessa forma, a busca por outros campos, organizações e grupos de estudo, também com um objetivo crítico, político e social.

A História de Vida trata-se de um registro escrito baseado em narrativas individuais, sendo essa coletada por intermédio de entrevistas. Dessa forma, o papel do pesquisador é o de desvendar as relações imbricadas nos meios sociais: sua profissão, sua camada social, sua sociedade global, buscando apreender algo que se insere nas comunidades às quais ele pertence, indo além do caráter individual do que é transmitido (ROCHA-DE-OLIVEIRA; CLOSS, 2013). Para Rocha-de-Oliveira e Closs (2013) através de tal método vislumbra-se auxiliar a compreensão de aspectos objetivos, como contexto econômico, político, histórico e social; e subjetivos, a exemplo de papel do espaço, do tempo e das emoções, culminando em construções sociais e de sentido, inerentes aos indivíduos e coletividades situados em contextos específicos.

Dessa forma, as histórias de vida implicam uma complexidade na medida em que aprovam o ingresso “pelo interior” a uma realidade que perpassa o narrador e o modifica. Nesse caso, trata-se de uma possibilidade enriquecedora de apreender o vivido social e o sujeito em suas práticas, a fim de investigar a forma pela qual ele acorda as condições sociais que lhe são próprias, construtoras do seu mundo, que é, juntamente, por ele construído (BARROS; LOPES, 2014). O relato colhido é a forma de como o entrevistado oferece caminhos a outras dimensões, a ponte entre sujeito/coletivo. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto, fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado ao meio social onde ele se encontra alocado (SILVA et al., 2007).

Ademais, este estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, por não ansiar uma resposta decisiva ao problema proposto (GIL, 2009). Este modelo de pesquisa tem por objetivo desenvolver, esclarecer e alterar conceitos e ideias ainda pouco investigados, para, dessa forma, se conseguir hipóteses mais precisas e operacionalizáveis (GIL, 2009). Neste momento, o objetivo é conhecer, de maneira mais apurada a questão proposta, uma vez que o estudo de categorias opressivas é

uma análise sempre em movimento, direcionando, assim, a interseccionalidade e seus reflexos em mulheres negras para contextos inexplorados, porém latentes.

No que tange aos paradigmas de pesquisa, segundo Burrell e Morgan (1979), pode-se considerar que os pressupostos sobre a natureza da ciência estão incluídos nas dimensões: subjetiva (Humanismo Radical e Interpretativo) – objetiva (Estruturalismo Radical e Funcionalismo). Desta forma, a partir das opções aqui apresentadas, percebeu-se que esta pesquisa se posicionou em dois paradigmas: Humanismo Radical e Interpretativo.

O Paradigma Interpretativo, para Burrell e Morgan (1979), é interessado em entender o mundo como ele é. Ele busca explicação na consciência individual, podendo através dele perceber o mundo social como um processo emergente que foi criado pelos indivíduos envolvidos. Ainda, para os autores, a sociologia interpretativista está empenhada em entender o mundo no dia-a-dia, estando envolvido em assuntos relacionados a ordem social, consenso, integração e solidariedade.

Por fim, da mesma forma que no Paradigma Interpretativista, o Paradigma Humanista Radical entende a realidade não como dada, mas, sim, como uma construção social. Neste último paradigma, está envolvida uma visão do social que ressalta a importância de desconstruir as limitações dos arranjos sociais existentes (BURRELL; MORGAN, 1979). Ainda, para Burrell e Morgan (1979), o maior interesse nos teóricos que abordam este paradigma, é de livrar o ser humano da restrição que a estrutura social coloca sobre seu desenvolvimento.

Ainda, como forma de justificar a estrutura norteadora desta pesquisa, a sequência trará o entrelaçamento de método e teoria.

3.3 Do Diálogo entre Método e Teoria

O entrelaçamento de método e teoria se deu a partir da literatura, quando a Teoria Interseccional diz não apenas constatar as multiplicidades de opressões sofridas por determinado grupo social (BILGE, 2009), ao passo que a História de Vida fala pela busca e compreensão de aspectos objetivos e subjetivos das constituições sociais (ROCHA-DE-OLIVEIRA; CLOSS, 2013). O diálogo entre método e teoria possibilitou,

assim, a dialética de reflexão, uma vez que foi a partir da perspectiva de que vivencia as opressões advindas de construções sociais e contextos específicos que este estudo se desenvolveu.

O método História de Vida traz a construção do conhecimento por intermédio de “contar sua história”, buscando compreender os fatos sociais sob a perspectiva do sujeito. Além disso, a partir das histórias coletadas, objetiva-se compreender a realidade sócio histórica na qual os indivíduos estão alocados, objetivando mostrar como esses, ao mesmo tempo em que a modificam, são alterados por ela, bem como compreender como as questões sociais surgem nas práticas individuais, e vice-versa (COLOMBY et al., 2016). Tal método vai ao encontro dos objetivos dos estudos de Crenshaw (2004), onde a autora intenciona pesquisas que identifiquem a discriminação racial e de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando de forma direta as chances de sucesso de mulheres negras.

O (re) contar a história de vida se imbrica no que Habermas (2009) conceitua como experiência da reflexão, que remete para o conhecimento do espaço ao redor e o autoconhecimento. Nesse sentido, os entrevistados conseguem através de seus relatos a reflexão e compreensão de sua situação, por vezes, de desprivilegio social, oriundos de condições de opressão e discriminação de uma estrutura social hierarquizada. Crenshaw (1989) defende a ideia de que não se pode categorizar de forma singular as opressões, de modo a reconhecer que as experiências cotidianas de mulheres negras não podem ser consideradas separadamente em escalas de discriminação racial ou de gênero. Para tanto, é importante considerar não somente a constatação de categorias de análise, mas, também, de que forma tais categorias influenciam no processo de emancipação social de mulheres negras.

Crenshaw (2004) ainda fala das expectativas de estudos sobre gênero e raça ao abordar disparidades realmente experienciadas por mulheres negras no contexto diário utilizando-se da vivência interseccional. Para tanto, o método história de vida permite trazer a história contada da maneira própria do sujeito, de acordo com suas vivências e experiências, fazendo uma ponte entre o individual e o social (SILVA et al., 2007). Para além da interseccionalidade de gênero, raça e classe, pontos ligados a grupos indígenas, lésbicas, transexuais, questões geográficas e sociais podem ser

melhores compreendidas por intermédio de narrativas do próprio sujeito, buscando compreender o universo que está ao seu redor sob sua própria perspectiva.

Conforme já trazido na seção “Teoria Interseccional como base de compreensão de opressões sociais”, Crenshaw (2004) procurou ilustrar através de imagem uma pessoa em uma interseção. A autora denomina tal situação como eixos da discriminação, dissertando que é possível pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte ao sul. E, ainda, é imaginável pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste.

Na figura que segue, foi incluída a mulher negra na intersecção de Crenshaw (2004) para um melhor entendimento de como o meio social influencia em sua trajetória de vida. A mulher negra inserida no meio social ao trefegar nas estruturas estabelecidas, é passível de discriminações e opressões advindas de um constructo social legitimado e reproduzido. O contar sua história a partir de experiências cotidianas é capaz de direcionar à compreensão de categorias opressivas e suas interações.

Figura 3 - Interseção de Crenshaw e o Método História de Vida:



Fonte: Adaptado de Crenshaw (2004).

É oportuno aqui trazer, novamente, que Crenshaw (1989) já dizia que a intersecção levantada é provisória, uma vez que se tem muito a analisar em termos

de categorias opressivas que incidem sobre minorias desprivilegiadas. Ela ainda disserta que não pretende sugerir que a violência contra as mulheres negras pode ser explicada através de um recorte de raça e gênero, uma vez que possuem classe e sexualidade, por exemplo, que moldam as vivências de mulheres negras.

Nesse sentido, a história de vida não se trata somente de uma visão do sujeito e de suas características, mas, também se constitui a partir do convívio social e suas influências. A partir de estudos de relatos de vida, é possível apreender o que se sucede na encruzilhada da vida do sujeito com o meio social (QUEIROZ, 1988). Bertaux (1980) disserta que a maioria dos estudos utilizando história de vida parte de uma reflexão sociocultural – modos de vida –, ou simbólico – experiências vividas, atitudes, representações e valores.

Nesse sentido, o método história de vida direciona os pesquisadores a retórica do lugar de fala, que tem em seu seio o fim da mediação, fazendo dos sujeitos entrevistados os protagonistas de suas próprias vidas. O lugar de fala é utilizado por ativistas e militantes como uma forma de contrariar o silenciamento de grupos oprimidos e fragilizados por movimentos sociais opressivos. Na prática, tal conceito pode ser utilizado como forma de oportunizar novas narrativas de legitimação social vivenciadas de forma real por determinados grupos sociais.

Contudo, oportunizar a fala dos grupos relacionados na Teoria Interseccional é uma forma de outras vozes serem escutadas a partir da sua própria narrativa, buscando seu espaço e reivindicações que, por vezes, são silenciados. A Teoria Interseccional imbricada ao método História de Vida pode ser uma forma de compreensão a partir da fala e não do silenciamento opressivo, transformando práticas teóricas em práticas sociais. Por fim, pode-se perceber através do aprofundamento teórico do método História de Vida e Teoria Interseccional, que o imbricar de ambos traz vantagens na busca pela constatação de categorias de análise e na compreensão de seus reflexos no meio social, de modo a compreender de que forma as categorias opressivas operam não apenas constatando-as.

Como forma de contextualizar a localização geográfica e demográfica de onde as histórias de vidas foram coletadas, no próximo tópico seguem informações relacionadas a cidade de Não-Me-Toque – RS.

3.4 Do Campo: Breve Apresentação Contextual

Foi em 2017, tendo como intuito compreender sobre a trajetória de mulheres negras em seu contexto de trabalho, que optou-se com caráter exploratório uma incursão no campo que se desejava estudar. O objetivo, naquele momento, foi conhecer o UNEGRO: União de Negros pela Igualdade de Não-Me-Toque – RS, a fim de se aproximar das mulheres negras pertencentes ao movimento.

Objetivando conhecer melhor o campo antes de uma aproximação mais profunda e, ainda, a título de aproximação metodológica, em dezembro de 2017 realizou-se uma visita ao Grupo UNEGRO, onde se apresentou o tema de pesquisa para as mulheres pertencentes ao movimento. É importante aqui destacar que a aproximação ao movimento permitiu definir as participantes da pesquisa e, ainda, que este estudo não almeja investigar o movimento como um todo. Ademais, outras questões surgiram conforme as mulheres iam falando, com o objetivo de esclarecer algo ou saber mais a respeito, sem nenhum tipo de roteiro prévio.

O UNEGRO é uma entidade nacional suprapartidária, fundada em 14 de julho de 1988, em Salvador, na Bahia. Seu principal objetivo é de desenvolver consciência de classe, identidade, pertencimento de valores históricos da população negra como meio de proteção de direitos e no alcance de oportunidades (VERMELHO, 2018). O movimento começou na cidade de Não-Me-Toque em uma roda de amigos, onde foi cogitada a possibilidade de formar um grupo negro com o intuito de ter sua etnicidade representada no município. Ao entrar em contato com um representante da “Executiva Nacional”, foi marcada uma reunião e, no ano de 2003, formou-se o movimento. Atualmente, o grupo conta com 198 integrantes e desenvolve atividades como aulas de dança, capoeira e grupo de apoio às mulheres negras.

A cidade onde as entrevistadas residem e onde o movimento possui sede, Não-Me-Toque, sedia todos os anos a Expodireto Cotrijal, feira agrodinâmica de nível nacional e internacional, onde acontece o Fórum Nacional da Soja e da Conferência Mercosul sobre Agronegócio. Nela, estão localizadas duas das maiores indústrias brasileiras de produtos de precisão para lavouras, sendo a cidade conhecida como a “Capital da Lavoura Mecanizada”, possuindo um PIB per capita de R\$ 59.656,17 (IBGE, 2016). Com uma população de 15.936 habitantes indicada no censo de 2010,

a cidade é composta, principalmente, por descendentes de holandeses, italianos e alemães. Em suas construções, é possível visualizar características da arquitetura alemã e holandesa e, ainda, monumentos que valorizam a imigração europeia pela cidade. Na Figura 5 fotos tiradas na região central de Não-Me-Toque - RS.

Figura 4 - Arquitetura da cidade de Não-Me-Toque:



Casa em estilo arquitetônico alemão



Monumento em homenagem à imigração italiana



Casa em estilo arquitetônico holandês

Fonte: Acervo da autora (2018).

Para além de monumentos que valorizam a imigração europeia na região central da cidade, os descendentes ainda comemoram todos os anos a chegada dos italianos, alemães e holandeses na região. O típico “Baile do Alemão” e os encontros organizados pela Associação Holandesa de Não-Me-Toque, relembram danças, cultos religiosos, culinária e bebida típica de seus países. Hoje, uma das lutas da população negra da cidade, é ter um monumento que também lembre e valorize sua cultura.

No que se refere a posição geográfica de Não-Me-Toque, conforme aponta a Figura 5, ela está localizada no sul do Brasil, ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma expectativa de vida de 75 anos, um percentual de 96% de alfabetização e uma área de 28.401,75 há ocupada por produtores rurais. (NÃO-ME-TOQUE, 2019).

Figura 5 - Localização da cidade de Não-Me-Toque no mapa do Rio Grande do Sul:



Fonte:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_MesoMicroMunicip.svg

Sobre a composição da população não-me-toquense, segundo o banco de dados do censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, a cidade possui 84,78% de sua população branca, 2,01% preta, 0,13% amarela e, 13,08% parda. Deste total, apenas 0,97% se referem às mulheres pretas. Na Tabela 3 - População da cidade de Não-Me-Toque segundo censo de 2010, por sexo e raça.

Tabela 3 - População residente em Não-Me-Toque segundo sexo ou raça:

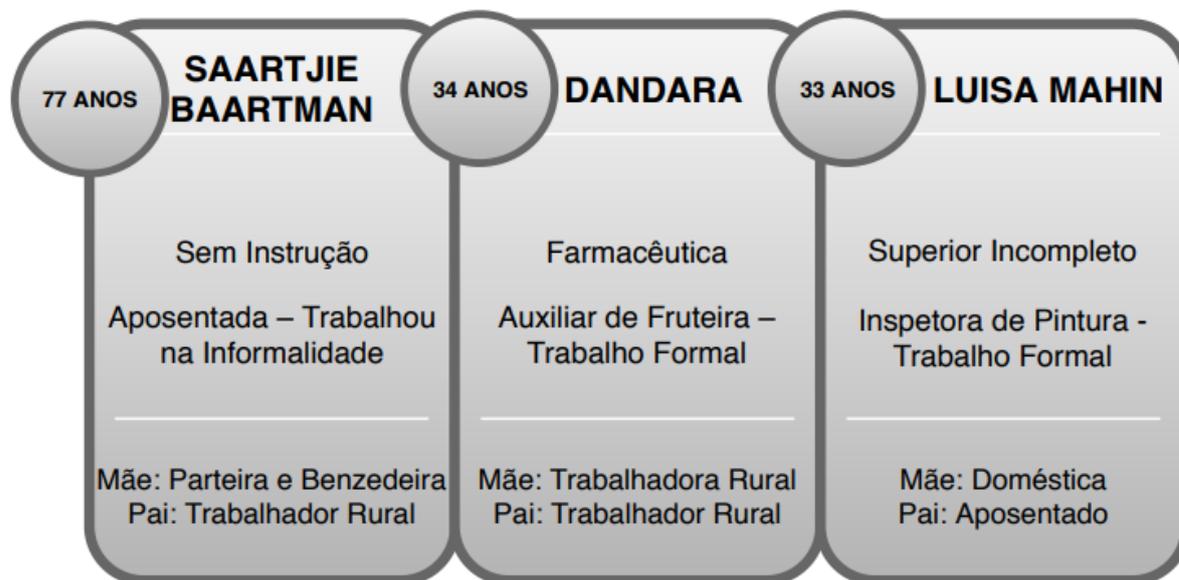
-	Sexo	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
BR	Total	190.755.799	91.051.646	14.517.691	2.084.288	82.277.333	817.963
	Homens	93.406.990	43.652.488	7.526.611	951.404	40.861.864	409.907
	Mulheres	97.348.809	47.399.158	6.991.350	1.132.884	41.415.469	408.056
NMT	Total	15.936	13.510	321	21	2.084	
	Homens	7.855	6.577	166	13	1.099	
	Mulheres	8.081	6.933	155	8	985	

Fonte: IBGE (2010) Censo Demográfico.

Por ser localizada no sul do Brasil, região com a menor proporção de negros do país e, ainda, com uma colonização predominantemente europeia, a cidade de Não-Me-Toque possui um número reduzido de negros em sua população. Por este motivo, a aproximação ao UNEGRO foi de grande importância para a pesquisadora, por ser um meio de acesso às mulheres negras visando estudar o contexto de trabalho apresentado em uma região predominantemente de pessoas brancas.

No que se refere às mulheres negras entrevistadas, todas elas possuem idades diferentes, profissões distintas e, ainda, relações laborais diferenciadas entre si. O objetivo de tal seleção foi coletar histórias o mais próximo possível da realidade enfrentada por mulheres negras em diferentes espaços temporais. Os nomes Saartjie Baartman, Dandara e Luisa Mahin foram escolhidos para manter o anonimato das entrevistadas e definidos pela pesquisadora de forma a homenagear mulheres negras que fizeram parte da história do movimento negro no Brasil e no mundo. Na Figura 5 informações sintetizadas sobre as mulheres negras entrevistadas da presente pesquisa, onde serão apresentadas informações sobre idade, formação, profissão delas e, ainda, dos pais.

Figura 6 - Síntese de Mulheres Negras Entrevistadas:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É necessário aqui trazer que a entrevistada Saartjie Baartman, em 19 de janeiro de 2019, faleceu. O ocorrido sucedeu durante a construção desta dissertação, em um momento em que as entrevistas e transcrições já haviam acontecido, ficando aqui registrado sua história de luta e resistência. A morte teve como causa um câncer, o qual já havia enfrentado há alguns anos e, de maneira repentina, a doença retornou. Destaca-se que em nenhum momento a doença foi mencionada pela entrevistada, tampouco transparecia em sua fisionomia. Assim sendo, a interrupção abrupta das falas de Saartjie Baartman não aconteceu, como em estudos com o método História de Vida registrados por Lopes (2013), que teve um de seus entrevistados preso por motivo de furto. Assim sendo, Baartman faleceu em um período em que a pesquisa já se encontrava em fase avançada, inclusive no que tange a análise de suas falas.

Não obstante as informações acima apresentadas, no próximo tópico serão apresentados os meios pelos quais as histórias de vida foram coletadas, os momentos em que aconteceram, bem como as técnicas de coleta e análise dos dados.

3.5 Dos Procedimentos no recolhimento das Histórias de Vidas e das Análises das Narrativas

A principal fonte de coleta de dados foram Entrevistas Narrativas realizadas com Saartjie Baartman, Dandara e Luisa Mahin. As entrevistas aconteceram na cidade de

Não-Me-Toque, sempre aos domingos, na residência da Saartjie Baartman. Todo o material produzido foi transcrito de modo a produzir uma análise temática e estrutural (RIESSMAN, 2000).

Entende-se por entrevistas narrativas, entrevistas não estruturadas, que objetivam a profundidade de aspectos específicos que, dos quais, emergem histórias de vida. Esse tipo de entrevista pretende impulsionar e incentivar o(a) entrevistado(a) a relatar acontecimentos de sua vida e do contexto social (MUYLEAERT et al., 2014). Na presente dissertação, a técnica de coleta foi dividida em dois momentos: o primeiro como um momento introdutório, onde entrevistadas e entrevistadora começaram a estabelecer vínculos de confiança e iniciaram a construção do sentido e entendimento da pesquisa. Nesse momento, as entrevistadas passaram a narrar suas trajetórias de vidas, desde sua infância até os dias atuais, possibilitando a primeira coleta de suas histórias pela pesquisadora. Em um segundo momento, partiu-se para um roteiro semiestruturado, onde foram realizadas perguntas que atendiam ao contexto estudado. A partir dessa etapa, as entrevistas procuraram investigar os contextos de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional.

As narrativas geradas não se limitaram a uma organização cronológica: as histórias iam sendo contadas conforme as entrevistadas iam se lembrando e considerando pertinente seu relato. Dessa forma, na narrativa, sua principal característica é deixar o(a) entrevistado(a) à vontade para contar sua história, não podendo ser entendida como uma “realidade verificável”, mas como significados dados por quem as relata (BRUNER, 1991), dando sentido as suas vidas (DOMECKA; MROZOWICKI, 2005) e construindo sua realidade (BRUNER, 1991).

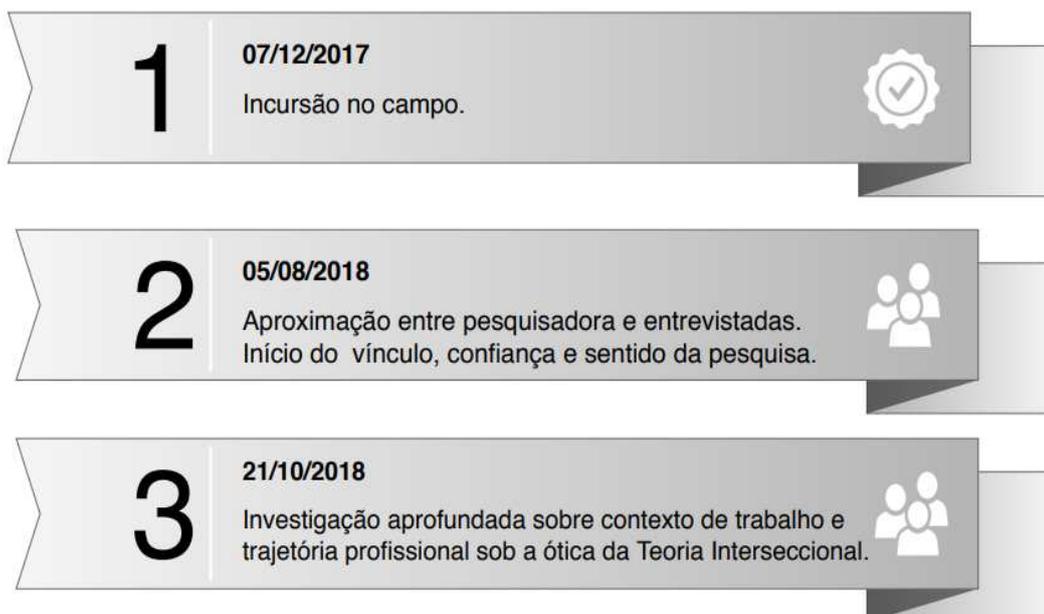
Referente aos procedimentos de análise, a entrevista narrativa é aberta quanto às formas e modos de estudo. Cabe ao autor definir a metodologia analítica conforme o objetivo do seu trabalho, almejando progredir no entendimento de certa realidade social (COLOMBY, 2016). Segundo Barros e Silva (2002), por mais que a pesquisa gire em torno de histórias narradas, a análise é que vai distingui-las, sendo ela guiada por questões centralizadas em pessoas, trabalho, orientações teóricas, etc. Assim, na presente dissertação, optou-se por uma análise seccionada em questões centralizadas no trabalho por uma ótica interseccional, objetivo central deste estudo. Desse modo, as seções de análise organizadas trazem as narrativas das três

mulheres em primeira pessoa, oportunizando, assim, a reflexão de atravessamentos interseccionais sob a perspectiva das entrevistadas.

Ainda, para Muylaert et al. (2014), as narrativas podem gerar análises após a captação e transcrição dos dados, podendo envolver características para-linguísticas (tom da voz, pausas, alterações na entonação, silêncio que pode ser transformado em narrativas não ouvidas, expressões, entre outras). Para os autores, tais expressões são essenciais para compreender o não dito, já que no processo de análise de narrativas analisa-se não apenas o que se é falado, mas, também, como se é falado. Assim, procurou-se trazer junto a análise das narrativas a percepção de quem as escutava e, ainda, a forma como as entrevistadas se portavam quando narravam suas experiências.

Quanto ao número de encontros, no método História de Vida, Atkinson (2002) fala em uma série de, pelo menos, duas ou três entrevistas, com, em média, uma hora e meia de duração. Nesta pesquisa, foram realizados três encontros de, em média, 1h e 40min com cada entrevistada. Aconteceram entre dezembro de 2017 até dezembro de 2018. Abaixo, figura com descrição e momentos das entrevistas.

Figura 7 – Momentos das entrevistas:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Todo o material produzido foi sendo transcrito conforme os encontros iam acontecendo. Como forma de analisar os relatos colhidos, ao longo do texto foram trazidos estudos de intelectuais, negras em especial, como forma trazer as reflexões no que diz respeito às opressões de gênero e raça por quem realmente as experienciam. Ademais, também foram utilizadas obras de arte e música popular brasileira. Tal recorte teve por propósito, além de aprofundamentos teóricos, evidenciar de que forma o racismo é manifestado em músicas populares e, até mesmo, no hino do estado do Rio Grande do Sul. Este meio de análise já vem sendo utilizado em trabalhos como o de Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) como forma de refletir sobre o imaginário social historicamente construído no Brasil e refletidos em música popular brasileira. Para as autoras, ao trazer como objeto de estudo e de reflexão peças artísticas, os estudos se tornam relevantes por chamar a atenção para construções sociais que são usualmente ignoradas.

Assim sendo, na próxima seção se tratará da trajetória de vida e trabalho de três mulheres negras. A disposição da análise e resultados foram organizadas de forma a perceber as diferenças e semelhanças geracionais e de sentido entre Saartjie Baartman, Dandara e Luisa Mahin.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 AS HISTÓRIAS DE VIDA

Três mulheres, duas gerações, que com suas trajetórias contam sobre as mudanças e permanências das condições de vida de famílias negras no Brasil. Todas elas, por um motivo ou por outro, viveram em Não-me-Toque (sul do Brasil), micro realidade aqui retratada, que reflete muito das concepções de raça e cor do país, atravessadas por opressões e suas interseccionalidades. É importante perceber os relatos das três, em primeira pessoa, para entender os atravessamentos, condicionamentos e evoluções dessas concepções, nesses anos que se colocam entre suas idades e percursos de vida.

4.2 Trajetória de vida e trabalho de três mulheres negras: corpo, lutas e resistência

Baartman, a mais velha, viveu na infância a realidade de ex-escravos, que mesmo libertos, ainda mantinham amarras sociais que lhes impediam o desenvolvimento de uma vida plena. Dandara e Luisa, com praticamente a mesma idade, por meio de suas vidas também contam de dificuldades econômicas e sociais em uma realidade contemporânea, mas nem por isso menos perversa. Mesmo assim, com os 43-44 anos que separam o nascimento das três, a sociedade mudou significativamente, mas não as condições dos negros brasileiros, habituados ao trabalho duro e às precárias condições de vida. Trocaram a lavoura pela fábrica, ou pelo trabalho doméstico, onde as árduas jornadas e as mãos calejadas parecem congregá-las. Assim, é a respeito destas reflexões que se trata a análise a seguir.

4.2.1 Saartjie Baartman

Baartman tinha 77 anos no momento em que as entrevistas aconteceram. Como já mencionado no tópico *3.4 Do Campo: breve apresentação contextual*, Baartman faleceu durante a construção desta dissertação. Viúva e com cinco filhos, passou sua infância no interior da cidade de Não-Me-Toque e tem lembranças dos relatos de avós escravos: histórias de violência, sofrimento e submissão. Seu avô foi enviado para uma batalha, de onde nunca retornou. Na ocasião, sua avó ficou sozinha para trabalhar e cuidar dos filhos. As memórias vagas de Baartman sobre as histórias de sua avó, retratam uma vida de luta e de trabalho duro junto de outras famílias negras que buscavam reconstruir suas vidas após a escravidão no Brasil.

Para Baartman, a memória escravocrata vem em mente por meio de fatos de um passado de exploração não tão distante. *“Meus avós eram escravos. Foram trazidos por Curitiba até chegarem aqui, tinham que trabalhar dia e noite e, quando não trabalhavam, maltratavam eles”*. Sua mãe foi parteira e benzedeira até os 100 anos, vindo a falecer aos 105 anos. Sempre esteve ao lado do marido, auxiliando no trabalho de campo, no zelo com os filhos e tarefas domésticas. Seu pai foi trabalhador rural, prestando serviços no cuidado com a terra, vindo a falecer aos 78 anos de doenças adquiridas pelo trabalho pesado. Baartman conta que teve uma infância difícil, desde

os 12 anos auxiliava seus pais na lavoura, executava tarefas domésticas e, ainda, cuidava dos irmãos. As oportunidades para estudar foram muito restritas, tornando-se parte de uma família destinada aos serviços mais precários. Seu pai dizia que os estudos não eram para mulheres, pois tinham outras obrigações e, portanto, frequentou a escola de forma descontínua. Baartman conta:

Fui para escola com 10 anos. Até lá, ajudei meus pais trabalhando em casa. Meu pai não queria que eu estudasse, naquele tempo tinha preconceito que menina não podia estudar, e fiquei estudando até a 4ª série. O meu professor conversou com meu pai para que eu continuasse estudando, porque para ele eu seria professora, mas ele me tirou, aquilo não era para mim.

A racialização do cuidado ancorada na divisão sexual do trabalho foi destinada historicamente às mulheres negras, em especial. O professor, ao intencionar que Baartman continuasse seus estudos para ser professora - profissão do cuidado -, indica a socialização de mulheres negras para assumirem tais papéis.

A pesquisa feminista sobre a condição de pais indica que as mulheres são socializadas para desenvolver práticas relacionais que destaquem nossa capacidade de cuidar dos outros. Essa socialização era e é em geral tornada explícita nas famílias negras tradicionais. Como muitas negras foram criadas em lares onde as mães trabalhavam fora, assumiram cedo a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado dos outros. Um tempo para si mesma para pensar não é tradicionalmente valorizado para as meninas negras (HOOKS, 1995, p. 474).

No Brasil, a realidade da mulher negra é expressada em índices alarmantes de precariedade e subalternidade. No que diz respeito à escolaridade e ocupação, pesquisas consideraram jovens brasileiras entre 16 a 29 anos, tendo como característica selecionada sexo, cor ou raça. Segundo o IBGE (2016), a desigualdade aumenta ao confrontar homens brancos com mulheres pretas ou pardas: uma jovem preta ou parda possuía 2,3 vezes mais chances do que um jovem branco de não estudar nem estar ocupada em 2016. Ainda, segundo o IPEA (2016), 39,6% das mulheres negras estão inseridas em contextos de trabalhos precários. Para Ribeiro (2017), melhorar o desenvolvimento humano de grupos marginalizados deveria ser percebido como uma forma de melhorar o desenvolvimento humano de um todo: de uma cidade, de um país. Para a autora, é preciso focar na dura realidade que se apresenta para este segmento populacional.

Aos 18 anos Baartman casou e precisou trabalhar sozinha para criar seus cinco filhos, já que seu marido ficou impossibilitado de trabalhar, também, por doenças relacionadas ao trabalho – problemas cardíacos, de coluna e reumatismos. Por

trabalhar muito tempo na atafona⁴ durante a noite em um ambiente com alternância de frio e calor, acabou desenvolvendo inflamações que o impediu de trabalhar. Para criar seus filhos, Baartman, então, plantava, lavrava, colhia milho, cerrava lenhas, derrubava matos, lavava roupas no rio, além de trabalhar como parteira e como empregada doméstica.

O processo de pós-abolição do Brasil e o advento da industrialização, apartaram a população negra de acesso a políticas públicas básicas. Dessa forma, a exploração da mão-de-obra negra se deu a partir da oferta histórica de trabalho precarizado aos homens e mulheres negras, onde a mulher sai da condição de escrava para assumir o papel doméstico nos lares se tornando, assim, a principal mantenedora de sua família. Para Crenshaw (1991) a maioria das mulheres negras são sobrecarregadas pelo cuidado com os filhos e pela falta habilidades profissionais.

Neste contexto, Baartman traz em suas falas memórias que remetem às reflexões de Davis (1982), sobre a importância histórica da mulher negra na típica família escrava que era caracteristicamente matriarcal na forma, onde o papel da mãe era mais importante do que o de pai. A entrevistada conta sobre o trabalho duro junto de seu esposo, lavrando e plantando. Segundo ela, o trabalho desempenhado era o mesmo, não sendo diferenciado por trabalho feminino ou masculino, independente da força ou o esforço a ser feito, Baartman o fazia junto do pai de seus filhos. Por este motivo, Baartman foi a mantenedora da família por longos anos, trabalhando na lavoura, como lavadeira ou doméstica, onde, por vezes, era preciso levar os filhos junto dela.

Mesmo livre, a herança escravocrata se fez presente, principalmente, nos relatos de Baartman. Na imagem que segue, a mulher escrava junto de seu filho no ano de 1884, elucida em uma tela a vida da entrevistada e a dificuldade na criação dos filhos.

⁴ Mecanismo manual ou movido por tração animal destinado para moer grãos.

Figura 8 - Mulher negra com o filho:



Mulher negra com o filho, Salvador - Brasil, em 1884 (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).

A escrava não tendo com quem deixar o filho leva-o junto para o trabalho, retratando os obstáculos enfrentados por mulheres negras escravas no Brasil no cuidado com os filhos. Ainda não ultrapassada nos dias atuais, a imposição, por vezes, no cuidado e criação dos filhos como responsabilidade unicamente das mães, reflete diretamente em seu contexto de trabalho e na emancipação de suas relações familiares. Segundo dados divulgados pelo IPEA no ano de 2017, o número de lares brasileiros chefiados por mulheres passou de 23% para 40% entre 1995 e 2015 (BRASIL, 2017). Existe um risco eminente dessas famílias estarem em uma situação de precariedade social, sobretudo as famílias chefiadas por mulheres negras, uma vez que a renda média dessas mulheres permanece abaixo não somente de homens brancos, mas, também, de homens negros e mulheres brancas.

Assim, no contexto social brasileiro há uma forte conjugação entre desigualdade raciais e socioeconômicas que acabam por colocar famílias negras em uma situação de grande vulnerabilidade. Tal conjuntura fica ainda mais dramática quando analisada à luz das desigualdades de gênero, uma vez que em muitas famílias negras as mulheres são as principais mantenedoras (SANTOS, 2015). Baartman sabiamente reflete que as máquinas, que hoje existem para auxiliar no trabalho, no seu tempo eram o seu pulso. Durante toda a história laboral trabalhou sem seguridade social, vindo a se aposentar por idade, aos 55 anos. Após sua aposentadoria, conta que diminuiu a intensidade do trabalho, mas continuou prestando alguns serviços como doméstica como forma de complementar a renda.

O aumento dos patamares de exploração vivenciados pelas mulheres negras, nas reflexões de hooks (1982), Carneiro (2011) e Ribeiro (2015), dialogam com as análises de Creenshaw (2004) no que se refere a interseccionalidade dos múltiplos sistemas de subordinação que manipulam as desigualdades historicamente. As histórias de vida de Baartman, Dandara e Luisa retratam as categorias opressivas – gênero, raça e classe – em pleno movimento de suas constituições como um ser no meio social. O condicionamento das categorias opressivas a uma situação de desprivilegio social é evidenciado pelos pais das entrevistadas e refletiram, também, nas suas constituições enquanto mulheres negras em uma conjuntura social.

O olhar cabisbaixo de Baartman revela um corpo cansado, maltratado pela força do tempo e do trabalho pesado. As mãos calejadas e as curvas das costas revelam que as marcas do trabalho são partes constituintes do corpo da entrevistada. Baartman refere-se ao passado como um tempo sofrido, mas aliviado pela presença constante dos filhos.

A abolição da escravatura no Brasil (1888) libertou os negros do trabalho escravo, porém permaneceu na sociedade o ímpeto da servidão dos negros perante os brancos. Mesmo que, por vezes, velada, a discriminação acontece e está fixada nas práticas sociais, impedindo através de um conjunto de elementos e circunstâncias sociais, a integração de forma igualitária de negros e demais grupos oprimidos na sociedade brasileira.

Para hooks (2018) não foi a discriminação de gênero associada a opressão sexista que impediu mulheres com privilégios de todas as raças a trabalhar fora de casa, mas, sim, o fato de os trabalhos ofertados serem trabalhos desqualificados. Para a autora, as mulheres com altos níveis de educação ficavam em casa ao invés de exercer qualquer tipo de trabalho que outras mulheres de classe desprivilegiadas estavam dispostas a exercer como forma de oportunizar a subsistência de suas famílias.

Contudo, é necessário se atentar à uma realidade historicamente experienciada por mulheres negras que, no entanto, segue invisível. Fato que se comprova nos relatos que seguem, de Dandara e Luisa. Embora imersas em um contexto mais recente, não houveram saídas emancipatórias que oportunizassem ocupar espaços historicamente negados às mulheres negras.

4.2.2 Dandara

Dandara tem 34 anos. Até os seis anos morou na cidade de Não-Me-Toque, posteriormente se mudou com a família para outra cidade brasileira, chamada Prudentópolis, em busca de melhores oportunidades de vida e de trabalho. Prudentópolis foi formada por imigrantes ucranianos e, na época, contava com poucos negros em sua população, o que dificultou a adaptação da família. No que se refere aos estudos, a mãe de Dandara estudou até a 4ª série e o pai até a 7ª série.

Segundo Dandara, a maioria dos habitantes de Prudentópolis falava ucraniano. Na escola, sofreu discriminação pela língua e, principalmente, pela cor e cabelo afro, sendo alvo de preconceitos. Os colegas estranharam sua aparência e pediam para tocar os cabelos para sentir sua textura diferente. No Brasil, diferentemente de alguns países norte-americanos e europeus, o preconceito vivenciado por homens e mulheres negros é o de marca, aquele associado aos traços físicos, a fisionomia, os gestos e o sotaque (NOGUEIRA, 2006). Por este motivo, os traços físicos e a aparência de Dandara chamaram a atenção da população majoritariamente branca de Prudentópolis, a excluindo dos momentos de socialização.

A música Fricote⁵ interpretada por Luiz Caldas, traz em seus versos a violência simbólica comumente experienciada por mulheres negras em referência a seus traços físicos e fisionomia.

*Nega do cabelo duro
Que não gosta de pentear
Quando passa na Baixa do Tubo
O negão começa a gritar:*

“Pega ela aí, pega ela aí
Pra quê? Pra passar batom?
Que cor? De violeta
Na boca e na bochecha
(Grifos da autora)

Conhecida como uma das melhores músicas do Carnaval de Salvador de 1985, a canção reverbera questões racistas e sexistas em sua letra. Hoje duramente criticada, a letra expõe os padrões de beleza impostos pela sociedade brasileira, que considera

⁵ Composição: Luiz Caldas e Paulinho Camafeu.

como bonito as características mais próximas dos traços caucasianos (BRITO, 2009). Por este motivo, a Lei Antibaixaria⁶, que tem por objetivo vetar o uso de dinheiro público para contratação de artistas que tenham canções que desqualifiquem mulheres, busca a modificação de padrões socioculturais duramente estabelecidos no Brasil, que estejam alicerçados na ideia de inferioridade e superioridade. Mesmo se tratando de uma lei em vigor no estado da Bahia, movimentos de proteção dos direitos humanos e combate à discriminação dissertam que esta lei é pouco aplicada e, ainda, desconhecida por muitos.

Neste ambiente Dandara cresceu, sendo conhecida como parte “*dos negrinhos da cidade*”. Em certa ocasião, faltando a responsável pelas orações em um funeral, a menina se ofereceu para rezar junto às demais pessoas. No dia seguinte todos ficaram sabendo do feito e, surpresos, alertaram para o fato de precisar tomar cuidado, pois os negros estavam entendendo o idioma da cidade. A surpresa se abateu sobre os demais habitantes, pelo fato de se sentirem receosos de falar os termos ofensivos, racistas e sexistas que disparavam para Dandara e sua família, pelo simples fato de que, agora, eles entendiam o idioma falado. A partir desse evento tudo começou a mudar em sua vida. Dandara começou a participar das atividades da escola e times de vôlei. Ela conta que passou a ser chamada pelo nome e, não mais, como “*a negrinha da cidade*”. Os limites racialmente sensíveis da linguagem utilizada pelos habitantes de Prudentópolis aos poucos foram mudando. O rótulo racial, que por um longo período estampou Dandara e sua família, alimentou o racismo e, por muito tempo, condicionou Dandara a ocupar os lugares mais inferiores do meio social. Para Ribeiro (2017), em uma sociedade de herança escravocrata, como a brasileira, a população negra irá vivenciar o racismo da parte de quem sofre essa opressão, da parte de quem é restringido socialmente por estar inserido em um sistema estrutural de opressões. Ainda, para a autora, pessoas brancas irão vivenciar o racismo do lado de quem se beneficia dessas opressões.

O estado onde aconteceram as entrevistas, Rio Grande do Sul, é onde as entrevistadas residem até hoje. Faz parte de um dos estados do Brasil com a menor

⁶ Lei Estadual 12.573 de 11 de abril de 2012, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem e incentivem a violência, ou exponham mulheres em situação de constrangimento, ou contenham manifestação de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

incidência de negros em sua população. No hino riograndense⁷, que fala de lutas por liberdade e resistência, um trecho chama a atenção:

Mas não basta pra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo
(Grifo da autora).

Tal trecho vem sendo alvo de críticas e discussões por sua retirada ou permanência do hino. As reflexões trazidas são que a contextualização histórica no que tange lutas por liberdade é importante, mas a capacidade de ouvir e compreender um passado e presente de opressões contra certos segmentos populacionais é sempre uma construção política.

Aos 18 anos Dandara retornou a habitar em Não-Me-Toque. Trabalhou informalmente em uma padaria por três anos. Posteriormente, foi trabalhar em uma fábrica de calçados e em uma gráfica. Nesta última, enfrentava trabalho duro junto a seus colegas homens, apertando parafusos e sujando-se de graxa. Por falta de melhores oportunidades, decidiu sair. Formou-se em Farmácia e Manipulação em uma instituição privada e fez vários cursos de informática. Conta que, depois de formada, ficou um ano entregando currículos em farmácias e hospitais. Dandara lembra que era a única negra da turma e, ainda, a única que não conseguiu emprego na área. Para Granovetter (2005), os indivíduos com “laços fracos” serão privados de informações dos sistemas distantes da sua conjuntura social, assim, serão limitados de conhecimentos, informações e oportunidades. Para o autor, a tendência é que esta população permaneça isolada e confinada em seus espaços sociais. Conforme Crenshaw (1991), raça e gênero e demais categorias identitárias são tratadas como meios de dominação, ou seja, como estruturas utilizadas pelo poder como forma de excluir ou marginalizar quem são diferentes. Ainda, para Ribeiro (2017), vivências resultantes de lugares sociais restringem que a população negra acesse determinados espaços no meio social e, este lugar imposto, dificulta as chances de transcendência.

⁷ Letra de Francisco Pinto da Fontoura, música de Comendador Maestro Joaquim José Mendanha e harmonização de Antônio Corte Real.

Souza (2017), traz analogicamente que a sociedade brasileira está tratando de doenças sociais como se essas fossem causadas por fluidos do próprio corpo e não causadas por ações externas, por microrganismos. O que o autor está a se referir, diz de uma sociedade que ainda adere com os que possuem o poder para perpetuar uma coletividade cruel forjada na escravidão que, no século XXI, ainda reproduz ódio e humilhação sobre os mais frágeis.

Assim, Souza (2017) vai além, dissertando que a classe média possui capitais que estão ao seu alcance que serão utilizados como armas na competição social. Para o autor é a classe média que detém funções que o mercado ou Estado necessitam para seu pleno funcionamento – advogados, economistas, contadores, administradores – sendo, portanto, a classe do privilégio. Ainda, segundo Souza (2017), a classe média possui em seu centro salário e prestígio correspondente de quem realiza no dia a dia a dominação social, econômica e política em nome da elite do dinheiro.

A elite do dinheiro no contexto brasileiro, então, é aquela que detém o capital econômico e, assim, comanda a economia, chefiando o mundo social e o político. A elite econômica necessita travestir seus objetivos de proprietário em fictício interesse geral para certificar o controle da reprodução social, sustentando, assim, seus privilégios (SOUZA, 2017). Assim, ao associar as reflexões ora trazidas de Souza (2017) com as histórias de vidas coletadas, observa-se uma elite que perpetua as relações de dominação social condicionando as entrevistadas a ocuparem os lugares de menos prestígio no meio social. Para elas foram destinados os trabalhos mais precários em nome de uma apropriação simbólica que auxilia estancar a ascensão social destas mulheres negras e demais minorias, em nome da manutenção de suas vantagens que foram historicamente construídas e garantidas.

Hoje, Dandara trabalha como repositora em uma fruteira, mas conta que esse não foi seu cargo inicial nesse emprego. Os preconceitos vividos ao longo de uma vida fizeram com que Dandara, por um período, não se aceitasse como negra. Hoje ela percebe tal sentimento em sua filha. Sua atitude com relação à cor mudou e ela passou a gostar de si mesma, quando iniciou a participar do movimento negro da sua cidade. Para Ribeiro (2017), uma mulher negra terá experiências diferentes de uma mulher branca, irá vivenciar gênero de uma outra forma. É necessário refletir que em uma estrutura social hierarquizada e discriminadora, mulheres brancas não sofrem

opressões de raça, ao passo que mulheres negras passam a vivenciar gênero com demais intersecções determinantes sobrepostas.

Contudo, O racismo e o machismo estão conexos e fortificam a exploração de mulheres negras desde o período escravagista. O preconceito de cor fundou a escravidão e o trabalho forçado; e o machismo estabeleceu as mulheres negras a tomarem os papéis mais subalternizados do meio social. Ademais, colaborou para perdurar a exploração sexual dos seus corpos, contribuindo para o estigma da hipersexualização que, mesmo após a abolição, continuou vivo, camuflando uma história de violência e exploração sexual (MALTA; OLIVEIRA, 2016). Como manifestações a isto, as falas de Luisa, na sequência, tratará da perpetuação do racismo na sociedade brasileira.

4.2.3 Luisa Mahin

Luisa tem 33 anos. Passou a infância morando em Não-Me-Toque. Seus pais eram agricultores, lavravam e plantavam em uma pequena propriedade do interior e, pela falta de emprego e más condições de vida e trabalho, aos 11 anos da menina mudaram de cidade em busca de melhores oportunidades. Seu pai começou a trabalhar na prefeitura da nova cidade e sua mãe como empregada doméstica na casa de uma família.

Na cidade, Luisa começou a trabalhar aos 14 anos como babá, cuidando de crianças e as conduzindo à escola. Na sua adolescência entregou jornais e foi trabalhadora temporária, em serviços gerais. Com o salário ajudava a família, reservando um pouco para vestir-se. Aos 17 anos casou-se e interrompeu os estudos. O marido autoritário a fez interromper o percurso escolar, no segundo ano do ensino médio, ela conta:

Eu parei de estudar no 2º ano do 2º grau. Eu parei porque não tinha muita vontade de estudar e o meu ex-marido era muito ciumento e acabei parando. Depois, perdi de trabalhar na [nome da empresa] por não ter terminado meus estudos. Depois de um tempo voltei a estudar e terminei o 2º grau.

Hoje, para a entrevistada a educação é importante, pois seu pai, para poder auxiliar sua mãe no sustento da casa e de seus irmãos, interrompeu seus estudos muito cedo, embora tivesse o sonho de formar, ela conta: *“foi quando ele se mudou*

para cidade que concluiu a 8ª série, ele tinha como sonho de estudar até, pelo menos, a 8ª série e fazer uma formatura”.

Ao se fazer uma análise interseccional é necessário fazer o questionamento realizado por Carneiro (2011): “De que mulheres estamos falando?”, que remete a uma diversidade de imperativos sociais, principalmente aos abordados pela autora, no que se refere às necessidades das mulheres negras em um contexto histórico marcado pela exploração sexual e do trabalho. No que se refere aos dados divulgados pelo IBGE (2018), entre mulheres acima de 25 anos, 23,5% de mulheres brancas concluíram o ensino superior, contra, apenas, 10,04% de mulheres negras. Entre mulheres negras de 15 a 17 anos 30,7% delas apresentam algum tipo de atraso escolar (IBGE, 2018). As razões racistas e sexistas condicionam mulheres negras a ocuparem a base da pirâmide social, uma vez que são as mulheres negras que mais se dedicam aos cuidados e afazeres domésticos, registrando, no ano de 2016, 18,6 horas semanais (IBGE, 2018). A cultura machista condiciona valores que orientam mulheres a serem criadas para o espaço doméstico e, ainda, a serem submissas.

Aos 17 anos, Luisa iniciou a trabalhar como doméstica em uma casa de família de origem holandesa, onde ficou por quatro anos. Lá teve emprego formal por um período e, posteriormente, em função de um integrante da família ter perdido o emprego, concordou em trabalhar sem seguridade social para manter o emprego. Aos 21 anos ficou desempregada por quatro meses e, depois, começou a trabalhar em uma gráfica, onde ficou por aproximadamente dois anos. Após sair da gráfica, iniciou a trabalhar em uma metalúrgica, começando como auxiliar de produção e, atualmente, no setor de pinturas. É responsável pela qualidade das peças, conferindo o produto final e autorizando ou não a sua expedição. Luisa conta que na empresa onde trabalha, existem poucas mulheres empregadas. As que trabalham, em sua maioria, são auxiliares de produção ou serviços gerais. Luisa enfatiza que lá mulheres negras são minorias.

Trazendo as reflexões de Souza (2006), os agentes sociais pertencentes ao *habitus* precário se caracterizam por serem aqueles que possuem aptidões mínimas de mobilidade social, pela simples reprodução de ausência de privilégios. Para o autor, é possível refletir que a profissão dos agentes sociais está relacionada às suas relações familiares. Assim, segundo Carneiro (1995), a insustentável tese da

mobilidade social do sujeito como resposta aos problemas dos negros manifesta-se na dificuldade de se travar a realidade colocada pelo conflito racial.

Após oito anos de casamento, Luisa decidiu se divorciar para fugir de um relacionamento opressivo e buscar melhores condições de vida, uma vez que era impedida pelo ciúme do seu marido de continuar seus estudos. Hoje, faz Marketing à distância e Técnico em Agroindústria, em uma escola técnica.

As narrativas das entrevistadas Baartman, Dandara e Luisa revelam que o trabalho penoso dos homens da família resultou em doenças e afastamento prematuro do exercício laboral. Mesmo trabalhando para si, no plantio para subsistência da família, quando surgia alguma oportunidade de trabalho, aceitavam independente do que precisava ser feito. Como resultado, os corpos se desgastavam cedo e tornavam-se comprometidos para o trabalho. Isso refletia nas mulheres da família, ficando elas, muitas vezes, como responsáveis pela manutenção do lar. Importante destacar que, por mais que esses homens fossem negros e também sofressem opressão de raça, quando os problemas se abateram sobre as mulheres da família, as opressões de gênero, raça e classe se inter cruzaram, as colocando em lugares ainda mais subalternos.

A canção regravada pela cantora negra brasileira Elza Soares “A Carne”⁸ traz uma alusão à realidade dos negros no mercado de trabalho, que são, historicamente, marcados pela precariedade e exploração:

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo de plástico

Que vai de graça pro subemprego

E para os hospitais psiquiátricos

(Grifo das Autoras)

Elza Soares, a intérprete, filha e neta de escravos, desejou regravar tal canção pela sua importante narrativa. Para ela, os versos dessa precisam ser reafirmados

⁸ Composição de Marcelo Yuca, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti.

para serem ouvidos por toda sociedade, de forma a demonstrar a luta da população negra por melhores condições de vida e de trabalho.

No que se refere às vivências de sexualização e objetificação do corpo negro, Luisa, por vezes, fala nunca ter notado, em outros momentos, relata fatos e acontecimentos vivenciados por ela ou colegas próximos. Assim ela conta:

Esses dias eu fui conversar com a [nome da colega de trabalho negra] e ela disse que estava muito triste. Perguntei o motivo e ela contou que alguns colegas de trabalho estavam rindo dela e, por isso, havia chorado. Os colegas de trabalho haviam dito para ela que queriam “pegar” uma negra para tirar o azar, tudo isso no ambiente de trabalho. Eu acredito que eles não tenham falado por mal, que foi um momento de bobeira, e ela ainda não sabe se defender.

Por vezes, a naturalização frente às violências simbólicas foi percebida nas falas das entrevistadas. A normatização das diversas formas culturais de dominação, principalmente no que diz respeito a dominação masculina no ambiente laboral, foram comumente reportadas. Segundo Bourdieu (2002), ele sempre viu na dominação masculina, e na forma como é imposta ou vivenciada como, por exemplo, a dominação paradoxal, um resultado de violência simbólica, suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas.

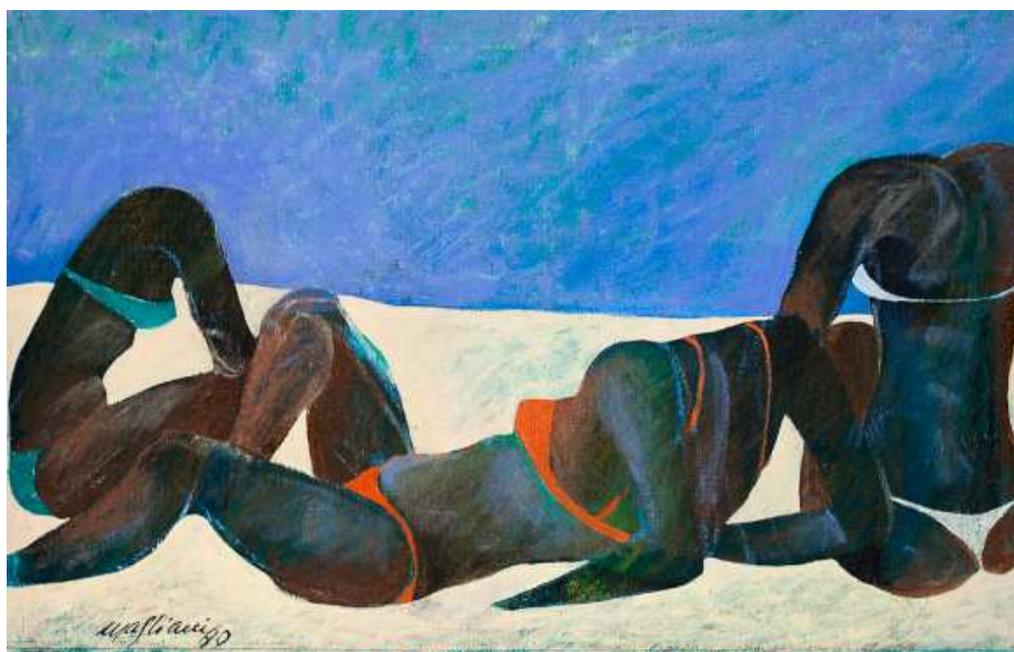
Luisa ainda conta que é possível perceber os olhares machistas disparados no contexto de trabalho, ela fala: *“esses dias eu falei para um colega meu, que eles nos olham como se nós fossemos feitas para matar o desejo deles, isso a gente percebe pelo olhar”*. Luisa e Dandara falaram que, por vezes, já se sentiram como objetos de desejo durante seu exercício laboral por alguns homens serem invasivos e tornar a rotina de trabalho constrangedora. Elas acreditam que tal situação se torna ainda mais latente por trabalharem em ambientes predominantemente masculinos como, por exemplo, Luisa que trabalha em chão de fábrica e é a única mulher de seu setor. Luisa ainda complementa: *“branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar, é assim que as vezes a gente se sente”*. Quando questionada pela postura dos gestores frente aos acontecimentos relatados pela colega, Luisa diz que não foram casos que a colega sentisse a necessidade de se reportar ao gerente. Assédios moral e sexual no ambiente de trabalho são violências comumente reportadas por mulheres nos mais diferentes níveis hierárquicos. Por vezes, o medo de uma retaliação ou demissão, fazem com que mulheres deixem de denunciar agressões, o que torna este problema uma prioridade na pauta sobre questões relacionadas a gênero.

Para hooks (1995) a cultura branca produziu uma iconografia de corpos negros que persistia em representá-las como corpos dotados de sexo e de um erotismo desenfreado. Ainda para a hooks (1995, p. 469):

a aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual, os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental. Dentro das hierarquias de sexo/raça/classe dos Estados Unidos, as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social, por serem vistos em termos sexistas racistas e classistas como deficientes, incompetentes e inferiores.

Na obra produzida pela artista brasileira Maria Lídia Maglini (1946-2012), sendo ela a primeira mulher negra a ser formada no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1966, traz as pinçeladas de uma artista que desnudou três mulheres negras (ABREU, 2017).

Figura 9 – Tela três mulheres negras:



Maria Lídia Maglini (1946-2012),

Segundo Abreu (2017), os três corpos esculturais negros postos sobre a algeidez opressiva de um céu azul, tinha como intenção, assim como as demais obras de Maglini, expressar sua própria condição humana, passíveis de metáforas da solidão da mulher negra, da sexualização do seu corpo e do sistema opressivo. Para Bairros

(1995), uma trabalhadora negra não é mais oprimida do que uma mulher branca da mesma classe social, porém experimenta as opressões de um espaço que proporciona um olhar diferente sobre o que é ser mulher em uma sociedade desigual, racista e sexista. Assim, uma mulher negra terá experiências diferentes de uma mulher branca em função de sua localização social, viverá gênero de uma outra maneira (RIBEIRO, 2017).

Para além disso, Pereira, Davel e Cavedon (2007) dissertam que se pode entender o corpo como um objeto sócio, histórico, político, cultural e não somente como uma categoria biológica. Para os autores, não tem sentido a reflexão sobre 'ter um corpo', ao contrário, 'somos um corpo', o que sugere que não se pode considerar como algo que se aloca dentro de um corpo – uma alma, uma mente, uma consciência – mas que é através do corpo que se experimenta o mundo e se aprende.

Contudo, o mundo experienciado pelas entrevistadas a partir de seus corpos, retrata um cenário em relação ao mundo de delimitação de espaços, julgamento e imposições historicamente constituídas. Os ideais de beleza e o imaginário corporal foram a elas determinadas por suas experiências em ambientes de socialização, contextos de trabalho e mídia. Dandara e Luisa relatam que começaram a ver seus corpos com outros olhos a partir do envolvimento com movimentos sociais e reflexões sobre sua cor, feições e cabelos. A aceitação de si mesmo não significou o mesmo olhar a partir do contexto social em que estão inseridas. A objetificação do corpo e ideais de beleza se impuseram em suas relações laborais, determinando a elas quais funções exercer e cargos ocupar no contexto de trabalho, refletindo assim, em suas relações familiares e possibilidades de transcendência. É sobre tais atravessamentos interseccionais a elas impostos que o tópico a seguir tratará.

4.3 Relações Familiares, Interseccionalidades e os reflexos no trabalho

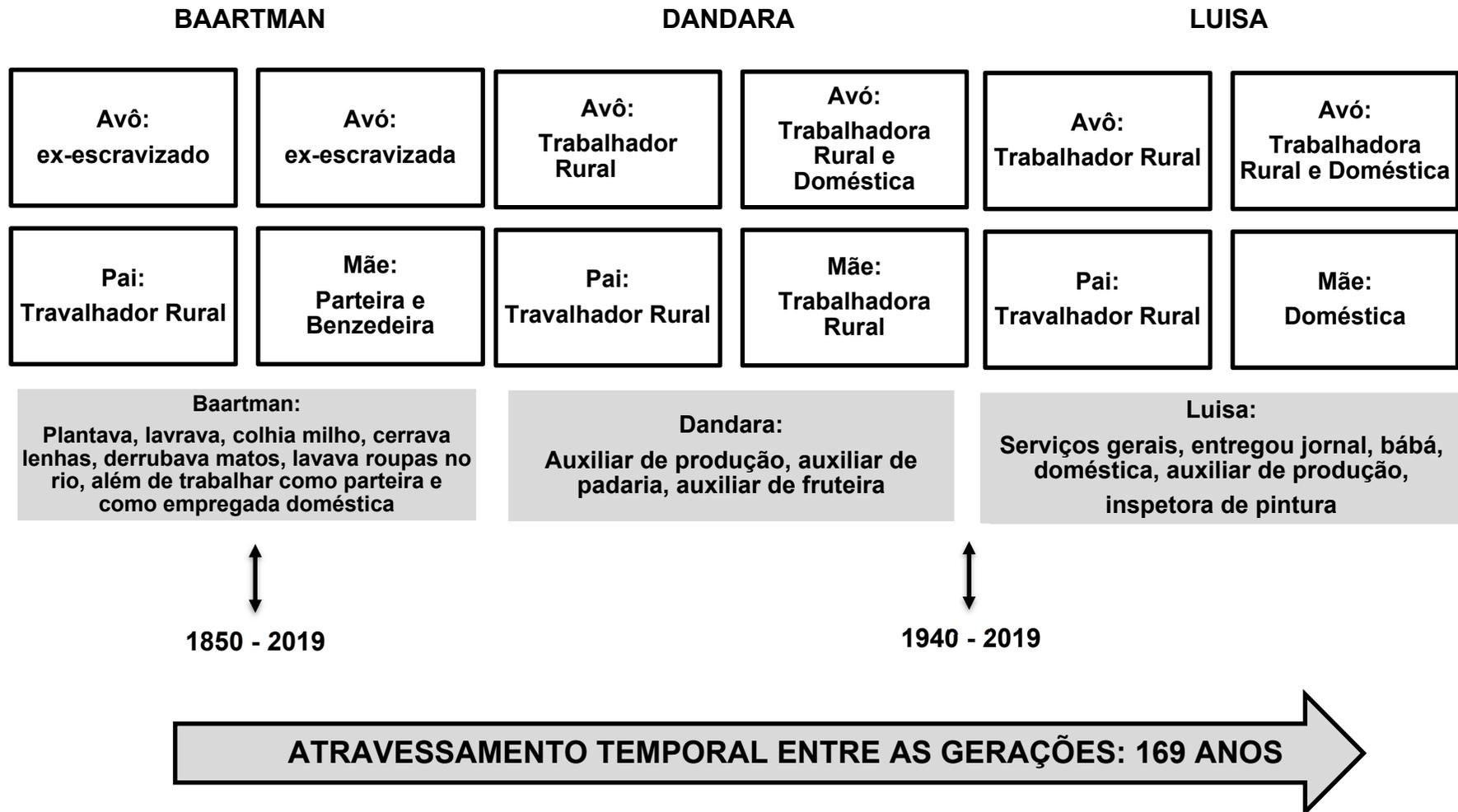
No contexto brasileiro de desigualdades raciais e socioeconômicas, as famílias negras estão colocadas em situação de vulnerabilidade. Baartman, Dandara e Luisa tiveram seu futuro delineado por caminhos previamente estabelecidos, resultado de questões interseccionais: precariedade laboral e evasão escolar precoce de suas famílias. Mesmo se passando 43-44 anos entre o nascimento das entrevistadas, ainda se apresenta uma difícil possibilidade de transcendência, uma vez que questões

relacionadas a origem familiar, o tipo de educação e o acesso a bens culturais, acabam por traçar o futuro de agentes sociais (BOURDIEU, 2007).

Baartman, Dandara e Luisa ao longo de suas vidas sofreram influências interseccionais que as condicionaram a posições sempre subalternas e trabalhos de baixo prestígio social. A escravidão e a liberdade ilusória de familiares de Baartman, o trabalho infantil e doméstico dos pais de Luisa, e as baixas condições da vida familiar de Dandara congregaram gerações.

As gerações das famílias das três entrevistadas retratam um atravessamento temporal entre, aproximadamente, os anos 1850 e 2019. A contar das experiências dos avós de Baartman até as vivências atuais de Baartman, Dandara e Luisa, se passaram cerca de 169 anos. Como forma de sintetizar o trabalho desempenhado ao longo de uma vida, o atravessamento temporal das entrevistadas e seus ascendentes pode ser melhor elucidado na Figura 9 - Atravessamento temporal das gerações.

Figura 10 - Atravessamento Temporal das Gerações:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O atravessamento temporal de 169 anos entre o nascimento dos avós das entrevistadas até os dias correntes de Baartman, Dandara e Luisa, não foi suficiente para mudar a realidade de trabalho apresentada para mulheres negras. Os reflexos na família podem ser sentidos com maior intensidade em grupos socialmente menos privilegiados, uma vez que a precariedade laboral determina o acesso à educação, a evasão escolar precoce, posições subalternas e baixa remuneração. A intersecção de gênero, raça e classe revelam, entre outras coisas, as interações entre identidades sociais que passam a serem definidas por discriminação e baixa possibilidade de transcendência.

Para Fernandes (2018) a sociedade brasileira possui uma herança negativa do longo período escravagista que, quando da pós-abolição, não se preocupou com projetos de inserção de famílias negras. Para o pesquisador, mesmo se passando 130 anos da abolição, a população negra ainda tem dificuldades em ascender economicamente no Brasil. Por este motivo, famílias negras possuem suas crianças trabalhando precocemente como forma de complemento na renda familiar, o que justifica a evasão escolar ou baixo rendimento educacional. Em 2016, o Brasil possuía 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhando, sendo 35,8% delas brancas e 63,8% negras (IBGE, 2018).

Assim, para Vieira (2018), a família se torna um importante meio de formação de aptidões, capacidades e, ainda, aspirações de lugares sociais a ocupar. Famílias negras por residirem, em sua maioria, em complexos suburbanos, distantes de assistência social, saúde, educação e, ainda, fragilizadas por razões interseccionais ao longo da história, se tornaram vulneráveis no meio social. São enfrentamentos distintos e, ao mesmo tempo, semelhantes, encontrados por famílias negras no processo de emancipação social. As famílias de Baartman, Dandara e Luisa, então, longe de privilégios e disposições sociais, acabaram não proporcionando acesso a bens culturais e educação no passar das gerações, ficando elas, portanto, com trabalhos tendencialmente precários e dificuldade de acesso à seguridade social.

Sob outra perspectiva, os trabalhos desempenhados pelas mulheres da família nunca foram ranqueados por trabalho feminino ou masculino, onde as mães e avós das entrevistadas exercem trabalhos indiferente do labor a ser feito. Como consequência, os reflexos da precarização foram absorvidos: Baartman desde muito jovem foi a responsável pelo lar, produziu mercadorias ou prestou serviços longe do

modelo de fragilidade feminina; Dandara fez manutenção em máquinas e apertou parafusos junto dos demais homens da fábrica; Luisa, por sua vez, que prestou serviços em feiras da região, transportou pedras junto de sua mãe. Amparado no discurso da aptidão natural das mulheres para o lar, a fragilidade feminina não foi acionada quando do trabalho duro nas lavouras e casas grandes, realizados por trabalhadoras negras e escravizadas, tampouco das mulheres de classe baixa, exploradas em longas jornadas de trabalho nas fábricas (VIEIRA, 2018).

Santos (2015) ainda afirma que pouco se sabe sobre os padrões de sociabilidade desenvolvidas por famílias negras, como resposta às desigualdades raciais, étnicas, de gênero, e socioeconômicas na sociedade brasileira. São estratégias de articulação social necessárias para construção da socialização e para acessar recursos como educação, trabalho, renda, saúde e moradia. As desigualdades raciais associadas a outras formas de discriminação culminam em uma maior exposição das famílias negras às situações de vulnerabilidade e precarização, como, por exemplo, moradias com infraestrutura precária, com comprometimento no abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e água pluvial (SANTOS, 2015).

Por fim, os reflexos da precariedade familiar e o mito da fragilidade feminina podem ser sentidos quase dois séculos depois do nascimento dos ascendentes das entrevistadas. São histórias de luta e resistência que retratam a trajetória de famílias negras no Brasil. Compreender como questões interseccionais se apresentam para determinados segmentos populacionais, é uma forma de entender os silenciamentos, traumas, e superações advindos de contextos instáveis e exploradores que atravessam gerações. Com isto ainda em mente e de forma a compreender os atravessamentos e suas consequências, o próximo tópico tratará sobre as consequências emancipatórias no trabalho.

4.4 Atravessamentos interseccionais e a emancipação pelo trabalho

A possibilidade de emancipação social das entrevistadas por intermédio do trabalho se mostrou presente em vários momentos. No entanto, as rupturas de ascensão se apresentaram quando razões interseccionais limitaram os espaços a elas destinados. No jeito inconsequente do outro, na sexualização do corpo, na falta de

privilégios, no preconceito velado ou cínico, Baartman, Dandara e Luisa foram direcionadas a lugares sempre subalternos.

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, “selecionam” e “distorcem” o que os olhos veem, e “escondem” o que não deve ser visto (SOUZA, 2015, p. 5).

Souza (2015) fala sobre a violência simbólica e física que minorias sofrem em troca da manutenção de interesses de grupos poderosos. Ele disserta sobre a maneira de como é retirado do indivíduo a possibilidade de entendimento e compreensão sobre os fatos, fazendo com que o mundo real seja distorcido e multifacetado. No que se refere à violência, os índices de feminicídio - mulheres que sofrem violência em função do gênero - no território brasileiro se apresentam preocupantes, mostrando que, no Brasil, foram 1.173 mulheres mortas em 2018 (VELASCO; CAESAR; REIS, 2019). Ainda, considerando um recorte de raça e gênero em índices de violência, em vinte estados brasileiros a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu no período compreendido entre 2006 e 2016, sendo que em doze destes estados o aumento foi maior que 50% (IPEA, 2018).

Associando a reflexão de Souza (2015) ao mundo do trabalho, tal realidade para Dandara se apresentou de forma cristalina. Dandara teve seu setor de trabalho alterado, ela conta:

Essa fruteira onde eu trabalho fica no centro, então pessoas importantes frequentam lá, como o prefeito da cidade e pessoas ricas. Quando eles entravam na porta e me viam no caixa eu notava os olhares, porque a gente nota, a gente sabe. E, logo depois de eu notar isso, me tiraram do caixa.

Quando questionado Dandara sobre a justificativa da mudança, ela conta que o responsável explicou a alteração de setor em função de precisar de alguém ágil na reposição de frutas e, assim, ela seria a mais indicada para atender tal demanda. Ocupar espaços que não são comumente preenchidos por minorias desprivilegiadas, resulta em incômodos para classes dominantes, reafirmando, assim, o abismo social historicamente existente.

Os atravessamentos interseccionais na vida de Dandara sempre culminaram, de uma forma ou outra, em seu contexto de trabalho. Dandara lembra que ao entregar currículos em hospitais ou farmácias pleiteando uma vaga em seu campo de

formação, – Farmácia e Manipulação – observava estranhamento, olhares maldosos e descaso por parte dos recrutadores. Dandara reforça: “*nunca consegui emprego na minha área*”. Ribeiro (2017) em seu dossiê de intelectuais negras faz um chamado à reflexão sobre processos históricos que direcionam determinados grupos a posições de subalternidade. Para a autora, as obras que comumente apresenta revelam as opressões sofridas por segmentos populacionais, onde estes acabam com seus direitos sempre restringidos.

No que se refere às vivências de Luisa, a objetificação e sexualização do corpo negro no ambiente laboral se apresentou de forma mais clara. Luisa, que trabalha em um ambiente predominantemente masculino, percebe de maneira sensível os olhares maliciosos e as falas preconceituosas para ela disparadas. A entrevistada relata que trabalha conferindo o produto final, e se empenha em sua ascensão buscando aquisição intelectual.

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo sem mente. [...] Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente (HOOKS, 1995, p. 469).

hooks (1995) fala que, em um contexto sexista e racista, as mulheres negras foram relacionadas ao corpo e não ao pensar, sendo historicamente direcionadas ao trabalho forçado e ao cuidar do outro. Assim, mulheres negras encontram mais dificuldades de emancipação social por serem sempre associadas a corpos dotadas de pecado e nunca relacionadas a intelecto e moralidade. O pensamento enraizado sobre a mulher na sociedade brasileira é hierarquizado, e restringe o acesso de mulheres negras a determinados espaços. Luisa, então, objetiva através de seus estudos oportunidades de ascensão profissional, buscando contrariar o pensamento social brasileiro sobre a mulher negra, de erotismo, objetificação e mente sem intelecto.

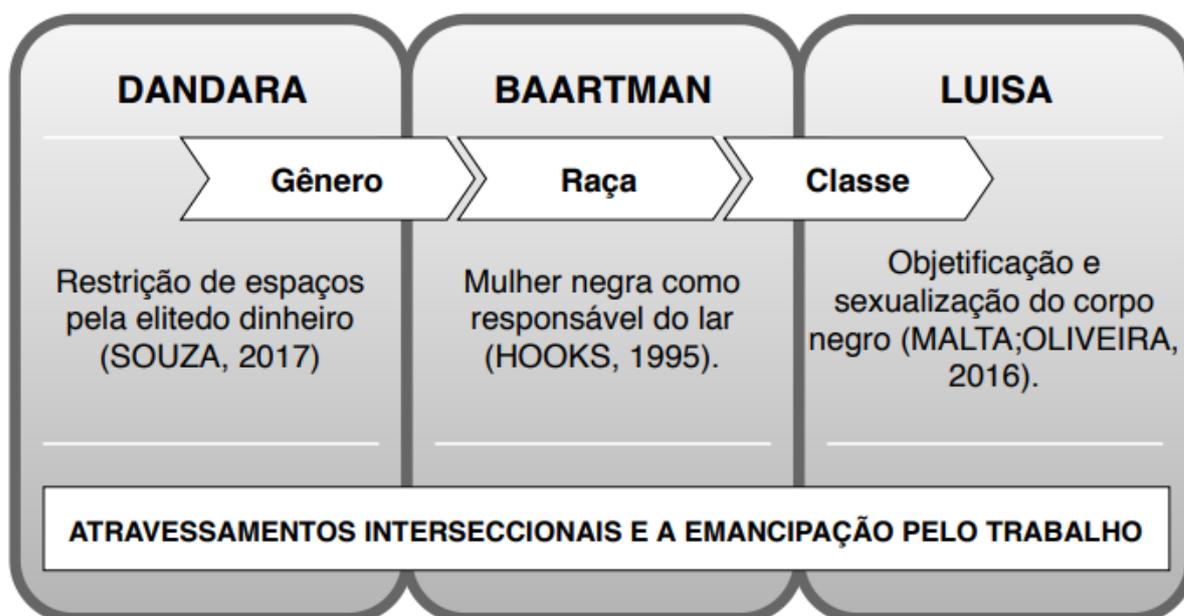
Para além disso, em uma geração diferente e, por vezes, ainda mais perversa, Baartaman conta sobre as famílias que cuidou e os filhos de terceiros que auxiliou no zelo e na criação. Fala orgulhosa sobre os laços afetivos criados e sobre o apelido que carregava: “*eles me chamavam de mãe preta e, até hoje, eles vêm me visitar*”. Para hooks (1995), a imagem da mulher negra construída como mãe que cuida das

necessidades de outras famílias e, em particular, das mais abastadas, continua no imaginário social. Como consequência, as mulheres negras viram zeladores de outros lares, que não os seus (HOOKS, 1995).

Durante sua trajetória de vida, Baartman sempre cuidou do outro. Quando não estava acompanhando seu marido na jornada de trabalho, prestava serviço como doméstica, lavadeira, cuidadora infantil, dentre tantas outras atividades que desempenhou. Outras possibilidades de trabalho nunca foram cogitadas por Baartman, que foi socializada para desempenhar práticas relacionadas ao cuidado.

É possível perceber através das narrativas que as mulheres negras já têm um caminho a trilhar na sociedade brasileira. As oportunidades apresentadas para elas já dizem de uma sociedade que alimenta retrocessos, impõe os lugares a serem ocupados, que objetifica seus corpos e desconsidera suas qualificações. Os atravessamentos interseccionais relatados pelas entrevistadas deflagraram na dificuldade de emancipação social pelo trabalho, conforme sintetizado na Figura 10 - Síntese dos atravessamentos interseccionais.

Figura 11 - Síntese dos atravessamentos interseccionais:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Segundo Carneiro (2003), além da violência física e sexual que atinge mulheres de diferentes cores e classes, há uma forma específica de violência sobre as mulheres negras. O que a autora está se referindo, diz de um impedimento do direito à imagem, que freia os encontros afetivos, que compromete a sexualidade – resultado de estigmas seculares –, que cerceia a entrada no mercado de trabalho, que enfraquece aspirações e a auto-estima. Ainda, segundo Carneiro (2003), esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário e nas relações sociais. Trata-se de uma violência invisível que resulta em saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras.

Contudo, as entrevistadas, de uma forma ou outra, tiveram rupturas nos acessos a novos espaços. Como resultado, a emancipação social das entrevistadas por intermédio do trabalho não foi garantida. O ser negra em uma região predominantemente branca, de uma classe social desfavorável e, ainda, mulher, condicionaram as entrevistadas a trabalhos de baixo prestígio social. Mesmo quando outras possibilidades surgiram, questões interseccionais restringiram suas ascensões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face aos índices historicamente constantes de precariedade e subalternidade divulgados por institutos brasileiros de pesquisas em relação aos enfrentamentos de mulheres negras nas relações sociais, e a carente consideração das diferentes expressões do ser mulher nas práticas políticas, nas relações de trabalho e em suas análises, mostrou-se relevante a discussão de compreender como se apresenta o contexto de trabalho para mulheres negras em uma micro realidade brasileira. Assim, este estudo trouxe à tona a realidade comumente enfrentada por mulheres negras, inseridas em um contexto majoritariamente branco, a partir de suas próprias percepções e subjetividades.

A fim de responder à questão orientadora desta dissertação, que foi investigar como se dá a trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho, o presente estudo teve como objetivo geral compreender a trajetória de três mulheres negras no contexto de trabalho sob a ótica da Teoria Interseccional, e debruçou-se nos seguintes

objetivos específicos: (a) investigar a trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho e, ainda, (b) investigar como classe, gênero e raça se imbricam na trajetória profissional.

Em relação ao objetivo específico (a) investigar a trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho, índices divulgados pelo IBGE e IPEA já demonstravam uma difícil possibilidade de transcendência para mulheres negras, dados estes que comprovaram numericamente as percepções e experiências de vida das mulheres aqui entrevistadas. Quanto às vivências relatadas por Baartman, Dandara e Luisa, mesmo se tratando de diferentes gerações, as dificuldades de emancipação pelo trabalho se mostraram semelhantes. As trajetórias por elas relatadas, em primeira pessoa, possibilitaram compreender sob a perspectiva das entrevistadas os enfrentamentos diários como meio de manutenção do trabalho e segurança para si mesmas.

Sob uma perspectiva temporal, mesmo se passando, aproximadamente, 169 anos do nascimento dos ascendentes de 2º grau das entrevistadas, não foram suficientes para se alterar a realidade imposta para mulheres negras. A precariedade, falta de seguridade social, evasão escolar e trabalhos de baixo prestígio congregam as famílias das entrevistadas. Para Crenshaw (1989), grande parte das mulheres negras estão sobrecarregadas com a pobreza, as responsabilidades de cuidados infantis e a ausência de habilidades profissionais. Segundo a autora, são dominações multifacetadas e rotineiras que cruzam suas vidas e criam barreiras nas alternativas de emancipação.

A trajetória de vida e trabalho de Baartman, Dandara e Luisa retratam renascimentos simbólicos cotidianamente. Por inúmeras vezes foram percebidas estratégias de enfrentamento, por vezes amparadas na família ou em amigos, como tentativa de enfrentar as estruturas duramente estabelecidas pela conjuntura social. Tais estratégias demonstraram, por vezes, ser inconscientes e reativas, de forma a enfrentar obstáculos que surgiam, o que se justifica pelo fato de uma pessoa ser negra, não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as implicações do racismo (RIBEIRO, 2017) e demais intersecções determinantes.

Os efeitos da hegemonia da “branquitude”, já previamente abordados por Carneiro (2003), foram percebidos nas falas das entrevistadas. Tratam-se de

violências simbólicas por elas sofridas de forma que o imaginário social da micro realidade aqui apresentada sempre delimitou os espaços por elas a serem ocupados. Tais espaços, sempre restritos, condicionaram a elas trabalhos precários e de servidão, como os desempenhados por Baartman, que viveu na infância a realidade de ex-escravos que, mesmo libertos, sua família manteve amarras sociais que lhes impediram o desenvolvimento de uma vida plena. Da mesma forma Dandara, que teve sua formação desconsiderada, desempenhando trabalhos de baixo prestígio. E por fim Luisa, que teve por tantas vezes teve seu corpo sexualizado em seu contexto de trabalho. Os saldos negativos de tais efeitos da hegemonia da “branquitude” (CARNEIRO, 2003) deflagram em danos para a subjetividade das entrevistadas.

Assim sendo, o contexto de trabalho de Baartman, Dandara e Luisa não se mostrou diferente das perspectivas previamente apontadas por Crenshaw (1989), hooks (1995), Carneiro (1995) e Ribeiro (2017). Mesmo as intelectuais não se referindo, necessariamente, ao contexto de trabalho, já dissertavam sobre as amarras sociais que dificultam a mulher negra em ascender socialmente. Tratam-se de estruturas que condicionam a elas os lugares a serem ocupados, onde tais restrições foram timidamente percebidas nas falas das entrevistadas. Como reflexos, o contexto de trabalho se apresenta sub-representado de mulheres negras no mundo corporativo, há um esforço constante para manutenção dos privilégios de grupos dominantes, mulheres negras condicionadas a ocuparem trabalhos subalternos, descaso por suas qualificações e um racismo estético constante.

No que se refere ao objetivo específico (b), de investigar como classe, gênero e raça se imbricam na trajetória profissional, por diversas vezes as sobreposições de opressões foram cristalinas e condicionantes. A trajetória de vida e trabalho das entrevistadas, em vários momentos, foram burladas porque além de serem mulheres, são negras e, ainda, estão condicionadas a uma classe social desfavorável. A se tratar de um contexto específico, onde a cidade que as entrevistadas residem possui cerca de 84,78% de sua população como branca, determinou, ainda mais, o abismo racial lá existente.

Ao imbricar gênero, raça e classe na trajetória profissional das entrevistadas, foi possível perceber que os trabalhos a elas ofertados ainda estão entrelaçados a um contexto histórico de exploração: da mulher negra somente corpo e sem mente, relacionada às práticas de cuidado, que trabalha duro junto de seus homens, que não

distingue trabalho masculino ou feminino, que é mal remunerada e, ainda, provedora do lar. O imaginário social ainda reproduz opressões nas relações e as desqualificam, mantendo as mulheres negras na base e os homens brancos no topo, dificultando possibilidades de transcendência.

No que se refere a micro realidade aqui retratada, a questão histórica que paira sobre Não-Me-Toque e seus colonizadores, em sua maioria holandeses italianos e alemães, se mostrou como um empecilho adicional aos fatores interseccionais na ascensão das entrevistadas. O fato de Baartman, Dandara e Luisa estarem inseridas nesses espaços e mesmo contando com o apoio do movimento negro do qual participam, as dificuldades de transcendência ainda se fazem presentes. Sendo assim, a partir de uma perspectiva interseccional e utilizando-se de uma lente decolonial, ainda foram percebidos sinais de submissão *versus* opressão por questões históricas de exploração e subalternidade nas relações sociais e no contexto de trabalho.

Para Carneiro (2003) é sabiamente conhecida a distância entre negros e brancos na sociedade brasileira no que se refere a posição ocupacional. Para a autora, o ponto crucial de análise é o recorte de gênero e raça, uma vez que se torna insustentável a desconsideração do peso do racismo e da discriminação racial nos processos seletivos e na determinação da mão-de-obra feminina, uma vez que as desigualdades perduram mesmo quando existem condições educacionais. Dessa forma, foi observado possibilidades de emancipação social das entrevistadas por intermédio do trabalho. No entanto, as rupturas de ascensão se mostraram quando questões interseccionais limitaram os espaços a elas destinados. Como resultado, oportunidades foram negadas, qualificações desconsideradas e trocas de setor foram feitas.

Nas relações sociais no Brasil, é comum as pessoas expressarem seus sentimentos e dizer, sem nenhum tipo de crivo, o que lhes vem à mente sobre relações raciais. Assim, é na fala cotidiana e na falta de empatia que a opressão se naturaliza, uma vez que não se observou nas entrevistadas um sentimento de luta, mas uma normatização da opressão, da ironia, do jeito sádico do branco, de burlar, de querer ser superior. O sofrimento e o sentimento de inferioridade por quem sofre as agressões simbólicas, parece não importar por parte de quem as comete. O uso da fala, da linguagem e, depois, - ou concomitante a isso - o uso e abuso do corpo, não

foram esporádicos. Os relatos de um contexto de trabalho racista, sexista e opressor, não contrariam os índices brasileiros de homicídios contra a mulher negra, de perseguição, violência e subalternidade. Que país vai se desenvolver em que as pessoas têm o prazer de ver o outro padecer?

Com o questionamento supracitado em mente, busca-se, sempre, um olhar sororitário. A partir dos resultados até aqui empreendidos surge um imperativo de ir além: em busca de uma aliança ética, baseada em empatia e companheirismo. Por este motivo, para estudos futuros, sugere-se explorar as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres negras parlamentares no Brasil, inserindo uma visão interseccional nos diálogos sobre gênero, raça, classe e carreira política. Tal carência se diz por estudos tratarem somente de carreira de mulheres negras associadas, em sua maioria, ao contexto organizacional, não se referindo àquelas que ocupam cargos relativos à administração de estados ou nações.

Por fim, as categorias opressivas que orientaram este estudo – gênero, raça e classe –, se mostraram relevantes e indissociáveis para análise da realidade de mulheres negras no Brasil. Possibilitou perceber a relação direta com o percurso emancipatório das entrevistadas e seus atravessamentos, os quais restringiram suas ascensões. Da tensão existe da intersecção de distintos eixos opressivos, resultou em trajetórias de vida e trabalho demarcadas por renascimentos cotidianos inconscientes, mas imprescindíveis para o andamento de suas vidas.

EPÍLOGO

Os nomes utilizados para se referir às entrevistadas foram inspirados em algumas mulheres negras da História, sendo elas:

Saartjie Baartman

Nas primeiras décadas do século XIX, Saartjie Baartman, uma mulher africana que era obrigada a ficar seminua e presa em uma gaiola, era a principal estrela de um show de bizarrices que incluía rugidos, sensualidade e violência na Picadilly Street, em Londres. Em 1814 ela foi adquirida por um treinador de macacos e enviada a Paris, onde faleceria dois anos após. Baartman, infelizmente, não foi a única mulher negra a ser explorada como atração circense. Por ser de origem hotentote, natural do sul do continente africano, e como as mulheres de seu povo, era negra e possuía nádegas e coxas grandes, julgadas aberrantes para os modelos caucasianos de humanidade no século XIX. Nos shows, seu corpo era comercializado como um exemplar da animalidade e da hipersexualidade e, ao fim do evento, o público poderia apertar suas nádegas, podendo utilizar agulhas ou alfinetes. Saartjie morreu aos 25 anos, porém a exposição de seu corpo não foi encerrada com sua morte (FERNANDES, 2016). Segundo Yann Le Bihan (2007), seu corpo ganhou estatuto de objeto científico por estudiosos em anatomia e em teratologia - ciência que estuda o anormal, o

“monstruoso” - no Museu de História Natural de Paris. Seu corpo foi exposto no Museu do Homem, até 1974. Os restos mortais de Saartjie foram entregues pela França à África do Sul 186 anos depois de seu falecimento, em nove de agosto de 2002, como fruto de uma extensa negociação que envolveu um pedido do então presidente sul-africano, Nelson Mandela, ao presidente francês Jacques Chirac (FERNANDES, 2016).

Dandara

Dandara foi uma guerreira do período colonial brasileiro. Foi esposa de Zumbi, o líder do maior quilombo das Américas: o Quilombo de Palmares. Foi uma grande guia negra e lutou contra a escravidão por longos anos, ajudando Zumbi nos planos de segurança do quilombo. Dandara plantava, trabalhava na produção da farinha de mandioca, caçava e lutava capoeira, além de utilizar armas e liderar as mulheres do exército negro palmarino (BRASIL, 2014). Dandara foi a mais importante liderança feminina na República de Palmares. Participou de todas as batalhas, de todas as lutas, de tudo que lá foi criado, organizado, vivido e sofrido (TINOCO, 2014). Depois de presa, Dandara suicidou-se. Se jogou de uma pedreira ao abismo, em 6 de fevereiro de 1694. Dandara preferiu a morte a voltar à condição de escrava (CEERT, 2015). Infelizmente, hoje sabe-se pouco no que se refere as suas origens: onde nasceu e de onde veio (TINOCO, 2014).

Luisa Mahin

Luisa nasceu em Costa Mina, na África, no início do século XIX. Foi trazida ao Brasil como escrava, onde se envolveu na articulação de revoltas de escravos na então Província da Bahia, nas primeiras décadas do século XIX (PALMARES, 2013). Tornou-se livre em meados de 1812, comprando sua liberdade, e sobreviveu trabalhando como quituteira em Salvador. Teve participação em todas as revoltas escravas que aconteceram em Salvador nas primeiras décadas do século XIX. Esteve envolvida na Revolta dos Malês em 1835, e na Sabinada em 1837-38. Descoberta, Luísa foi perseguida até fugir para o Rio de Janeiro, onde foi encontrada, detida e, possivelmente, deportada para Angola. Não existe, entretanto, nenhum documento que comprove essa informação (COR DA CULTURA, 2010)

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Izis. **Silêncios Rompidos: A hipersexualização da mulher negra na obra de Maria Lídia Malgini.** 2017. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2017/07/21/silencios-rompidos-a-hipersexualizacao-da-mulher-negra-na-obra-de-maria-lidia-magliani/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1991. 77 p.

ATKINSON, Robert . “The Life Story Interview”, in Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140. 2002.

BARROS, Vanessa. Andrade.; LOPES, Fernanda. Tarabal. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M.(Org.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual.* Vitória: EDUFES, 2014.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revistados, *Estudos Feministas* (2) 1995.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, p.479-488, jul. 1995.

BERTAUX, Daniel. La perspective biographique: validé méthodologique y potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogenes**, França, v. 225, n. 1, p.70-88, jan. 2009. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/dio.225.0070>.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. **Coleção grandes cientistas sociais.** São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 119, sept. 1997. **Économie et économistes**. pp. 48-66.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção crítica social do julgamento.** Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014. 176 p.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Brasília: Governo Federal, 2017. 193 p.

BRASIL. **Mulheres chefiam 40% dos lares brasileiros, revela pesquisa**. 2017. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mulheres-chefiam-40-dos-lares-brasileiros-revela-pesquisa>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRITO, Rebeca. **O Racismo manifestado nas músicas populares e suas conseqüências para a mulher negra**. 2009. Disponível em: <http://perolasnegras-ufba.blogspot.com/2009/09/o-racismo-manifestado-nas-musicas.html> Acesso em: 03 mar. 2019.

BRUNER, Jerome. The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry* Vol.18, 1991, pp. 1-20.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. Heineman, London, 1979.

CARBADO, Devon W. et al. INTERSECTIONALITY. **Du Bois Review**: Social Science Research on Race, [s.l.], v. 10, n. 02, p.303-312, 2013. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1742058x13000349>.

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, São Paulo, p.9-12, nov. 1993.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso>. access on 03 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CEERT. **Negros no Brasil: quem foi Dandara dos Palmares?** 2015. Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/9467/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CENTRAL DAS DIVAS. **Luíza Mahin: uma guerreira africana na Bahia.** 2019. Disponível em: <<http://acentraldasdivas.blogspot.com/2017/07/luiza-mahin-uma-guerreira-africana-na.html>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COLOMBY, Renato. Koch.; PEREZ, Amanda. Luz.; LOPES, Fernanda. Tarabal.; COSTA, Silvia. Grenerali. **Histórias De Vida Como Um Caminho Metodológico Em Estudos Organizacionais: Um Estudo Bibliométrico.** In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - SBEO. No prelo. 2016.

CONSOLIM, Veronica Homs. **A história da primeira onda feminista.** 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/14/historia-da-primeira-onda-feminista/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

COR DA CULTURA. **Luiza Mahin.** 2010. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/luizamahin>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University Of Chicago**, Chicago, p.139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 46, n. 6, p.1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, p. 7-16, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.99-127, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100006>.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought.** New York: Routledge, 2000.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Etnico E Multiculturalismo: Racismos E Anti-Racismos No Brasil.**Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 246 p.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia.** 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

DAVIS, Angela. **Women, Race & Class.** Grã Bretanha: The Women's Press, 1982. 171 p.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1985.ss

DOMECKA, Markieta; MROZOWICKI, Adam. Professional biographies in transition: comparing experiences of workers and business people in post-socialis Poland. **37th World Congress of the International Institute of Sociology**, 2005.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.691-713, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>.

FERNANDES, Otair. **Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

FERREZ, Marc. *Mulher negra com o filho*. Salvador: Acervo Instituto Moreira Salles. 1884.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZALES, Lélia. Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.223-243, 1984.

GRANOVETTER, Mark. The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **A Lógica Das Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 1992. 101 p.

HIRATA, Helena. Tempo Social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, p.61-73, jun. 2014.

HOOKS, Bell. *Ain't I a woman. Black women and feminism*. London: Pluto Press, 1982.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-476, 1995.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody Passionate Politics**. Cambridge, Ma: South End Press, 2000.

HOOKS, Bell. "Sororité: la solidarité politique entre les femmes". In: DORLIN, Elsa; WALLACE, Michele. *Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975- 2000*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 113-134.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **Luta de Classes Feminista**. 2018. Disponível em: <<https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2013/08/LutadeClassesFeminista.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IBGE. **População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

IBGE. **População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade.** 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#notas-tabela>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

IBGE. **IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça.** 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1933&t=ibge-divulga-resultados-estudo-sobre-cor-raca&view=noticia>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

IBGE. **Cidades: Não-Me-Toque.** 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nao-me-toque/panorama>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

IBGE. **Estatísticas de Gênero.** 2014. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,3,4,-13,128&ind=4699>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

IBGE. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2015.** 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

IBGE. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho.** 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

IBGE. **Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

IPEA. **Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]- Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs.

IPEA Situação social da população negra por estado / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** ; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília : IPEA, 2014.

IPEA. **Atlas da Violência**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

IPEA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 03 jan. 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episodes of everyday Racism**. Budapest: Druck, 2010. 77 p.

LOPES, Fernanda Tarabal. **Entre o prazer e o sofrimentos: histórias de vida, drogas e trabalho**. 2013. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NÃO-ME-TOQUE. **Dados Geográficos**. Disponível em: <<https://naometoquers.com.br/o-municipio/estatisticas/dados-geograficos/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.287-308, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702007000100015>.

MAGESTE, Gizelle de Souza; LOPES, Fernanda Tarabal. O Uso da História de Vida nos Estudos Organizacionais. **Enepq**, Recife, p.1-8, nov. 2007.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p.55-69, 2016. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811/436>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MARTINS, Bibiana Volkmer; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Reflexões sobre a empregabilidade dos jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, p.37-54, 2017

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p.289-300, 2004.

MERRIAM, Sharan. *Qualitative research and case study applications in education: resived and expanded from case study research in education*. São Francisco: Jossey-Bass, 1998

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3º, p. 1-17, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos; In: Revista USP, v. 68, 2006, p. 45-57.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s.l.], v. 48, n. 2, p.184-189, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-623420140000800027>.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre A Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas E Características. **Travessias Alagoas** 4: 1-16. 2007.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PALMARES, Cultural. **Luíza Mahin**. 2013. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=26662>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PENA, Sérgio. Ciência, bruxas e raças. **Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 43-48, 2007.

PEREIRA, Maria Teresa. Flores; DAVEL, Eduardo; CAVEDON, Neusa Rolita. Cultura Organizacional e Corporeidade: Etnografia do Ritual da Cerveja Após o Trabalho. 2007.

PÉREZ-SERRIANO, Gloria. **Investigación-accion: aplicaciones al campo social u educativo**. Madrid: Dykinson, 1990.

PETRUCELLI, José Luiz; SABOIA, Ana Lucia. **Características Etno-Raciais da População: Classificação e Identidades**. Rio de Janeiro: Ibge, 2013. 208 p.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". in: SiMSON, Olga de Moraes Von. (Org.). Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988, p. 14- 43

RIESSMAN, Catherine Kohler. Analysis of personal narratives. To appear in Handbook of Interviewing, edited by J.F. Gubrium and J.A. Holstein, Sage Publications, 2001, 2000.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. CLOSS, Lisiane. História De Vida E Trajetórias Profissionais: Uma Proposta Interdisciplinar Para Os Estudos De Carreira. **Iv**

Encontro De Gestão De Pessoas E Relações De Trabalho, Brasília, P.1-16. Anual. 2013.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil: dimensões esquecidas de um debate que (ainda) não foi feito. In: XXXVI EnANPAD, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Simone De Beauvoir E Judith Butler: Aproximações E Distanciamentos E Os Critérios Da Ação Política**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher**. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 111 p.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira:: u como o país se deixa manipular pela elite /**. São Paulo: Leya, 2015. 205 p.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. 2017 São Paulo: Leya. 240 p.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil De Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p.71-99, jul. 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. A Inserção do Negro e seus Dilemas. **Parceiras Estratégicas**, Brasília, v. 6, p.110-154, mar. 1999.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias Negras: uma perspectiva sobre raça, gênero e educação. **Forum Identidades**, Itabaiana, v. 17, p.115-158, 2015.

SMITH, Barbara. "Racisme et études féministes". In: DORLIN, Elsa; WALLACE, Michele. *Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 81-86.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; CARRIERI, Alexandre de Pádua; MAFRA, Flávia Luciana Naves. "A Bichinha é Safadinha": o Imaginário Social sobre a Empregada Doméstica refletido em Músicas Brasileiras. **Eneo 2014**, Gramado, p.1-16, 2014.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. Pensando Pós-Estruturalmente a Categoria Raça. **Eneo**, Belo Horizonte, p.1-16, maio 2016.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Por que ainda falarmos em raça, categoria destituída de valor biológico? **Eneo**, Belo Horizonte, p.1-15, maio 2016.

TINOCO, Dandara. **Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas**. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroína-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SILVA, Aline Pacheco et al. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, p.25-35, 2007.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. **Cai o nº de mulheres vítimas de homicídio, mas registros de feminicídio crescem no Brasil**. 2019. Disponível em: <Cai o nº de mulheres vítimas de homicídio, mas registros de feminicídio crescem no Brasil>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VERMELHO, Mônica Custódio do. **Unegro: 30 anos de luta pela igualdade racial, de gênero e de classe**. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/unegro-30-anos-de-luta-pela-igualdade-racial-de-genero-e-de-classe/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil: trabalho, família e lugares sociais**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300010&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500010>.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Escola de Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração

Dissertação de Mestrado Acadêmico

Taís Colling

2018

Prezada, gostaríamos de convidá-la para participar como voluntária da nossa pesquisa que possui como pergunta norteadora: como se dá a trajetória da mulher negra no contexto de trabalho?

Sua participação consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de uma entrevista semi-estruturada que será gravada para posterior transcrição. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo.

Sua participação é voluntária, dessa forma, você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento a qualquer momento. Não haverá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras pela sua participação.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento pelo e-mail taiscolling@hotmail.com, e, ainda, com a professora orientadora do presente projeto, Professora Andrea Poletto Oltramari, pelo e-mail andreaoltr@gmail.com

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários.

Assinatura do Participante Voluntário
Responsável

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador

Dados do Pesquisador:

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA PRIMEIRA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Escola de Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração

Dissertação de Mestrado Acadêmico

Taís Colling

2018

1 Questão gerativa da narrativa:

Estou fazendo uma pesquisa a respeito da trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho, objetivando fazer uma análise da construção e manutenção das suas relações de laborais. Mas, para começar, gostaria que você me contasse a sua história. A melhor forma de fazer isso seria me contar a partir de seu nascimento, sua jornada infantil, na adolescência, e, agora, na vida adulta. Gostaria que me contasse como sua vida foi sendo construída até você chegar aqui.

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA SEGUNDA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Escola de Administração

Programa de Pós-Graduação em Administração

Dissertação de Mestrado Acadêmico

Taís Colling

2018

1. Como foi sua infância e adolescência?
2. Quais as profissões dos seus pais?
3. Quais eram as referências familiares que você possuía? Mãe? Pai? Avós?
4. Na sua infância, qual profissão desejava ter?
5. Qual é sua trajetória escolar? (Ensino fundamental e médio? Curso superior?)
6. Com quantos anos entrou no mercado de trabalho e em qual função?
7. Você buscou a profissão que tem hoje, ou foi por oportunidade?
8. Como você vê essa profissão hoje?
9. Já sofreu preconceito por ser mulher e negra em um processo seletivo?
10. Você já sentiu dificuldades ou oportunidades na sua trajetória profissional em função de seu gênero, raça e classe?
11. Quais os seus planos para seu futuro? (Pessoal e Profissional).